

**Os**  
**defensores**  
**das**  
**nossas**  
**liberdades**

**30 anos do Prémio Sakharov**



**Os**

**defensores**

**das**

**nossas**

**liberdades**

© União Europeia, Parlamento Europeu, 2017

**Fotografias**

Enri Canaj/Magnum Photos

Bieke Depoorter/Magnum Photos

Jérôme Sessini/Magnum Photos

Newsha Tavakolian/Magnum Photos,  
assistida por Amina Landoulsi

**Textos**

Éric Fottorino, assistido por Manon Paulic

**Design gráfico**

Hello Dune Lunel

**Agradecimentos**

Os bolsseiros Sakharov: Asma Kaouech, Ameha  
Mekonnen, Jadranka Miličević

e Samrith Vaing

Pela Magnum Photos: Clarisse Bourgeois,

Antoine Kimmerlin, Nikandre Koukoulioti,

Giulietta Palumbo, Claire Saillard, Pauline Sain

As opiniões expressas no presente documento  
são da exclusiva responsabilidade dos seus  
autores e não refletem, necessariamente,  
a posição oficial do Parlamento Europeu

**Os**

**defensores**

**das**

**nossas**

**liberdades**

**30 anos do Prémio Sakharov**

Dupla página seguinte: **Guy le Querrec**  
Alemanha, Berlim. 1989.  
*Jovens comemoram o novo ano no cimo  
do Muro de Berlim.*

# Índice

<b>Prefácio</b>	9
<b>Samrith Vaing</b>	14
<b>Asma Kaouech</b>	48
<b>Ameha Mekonnen</b>	82
<b>Jadranka Miličević</b>	114
<b>Os defensores das nossas liberdades</b>	151
<b>O Prémio Sakharov</b>	167
<b>Os laureados</b>	168
<b>O papel do Parlamento Europeu</b>	170







# Prefácio

Antonio Tajani

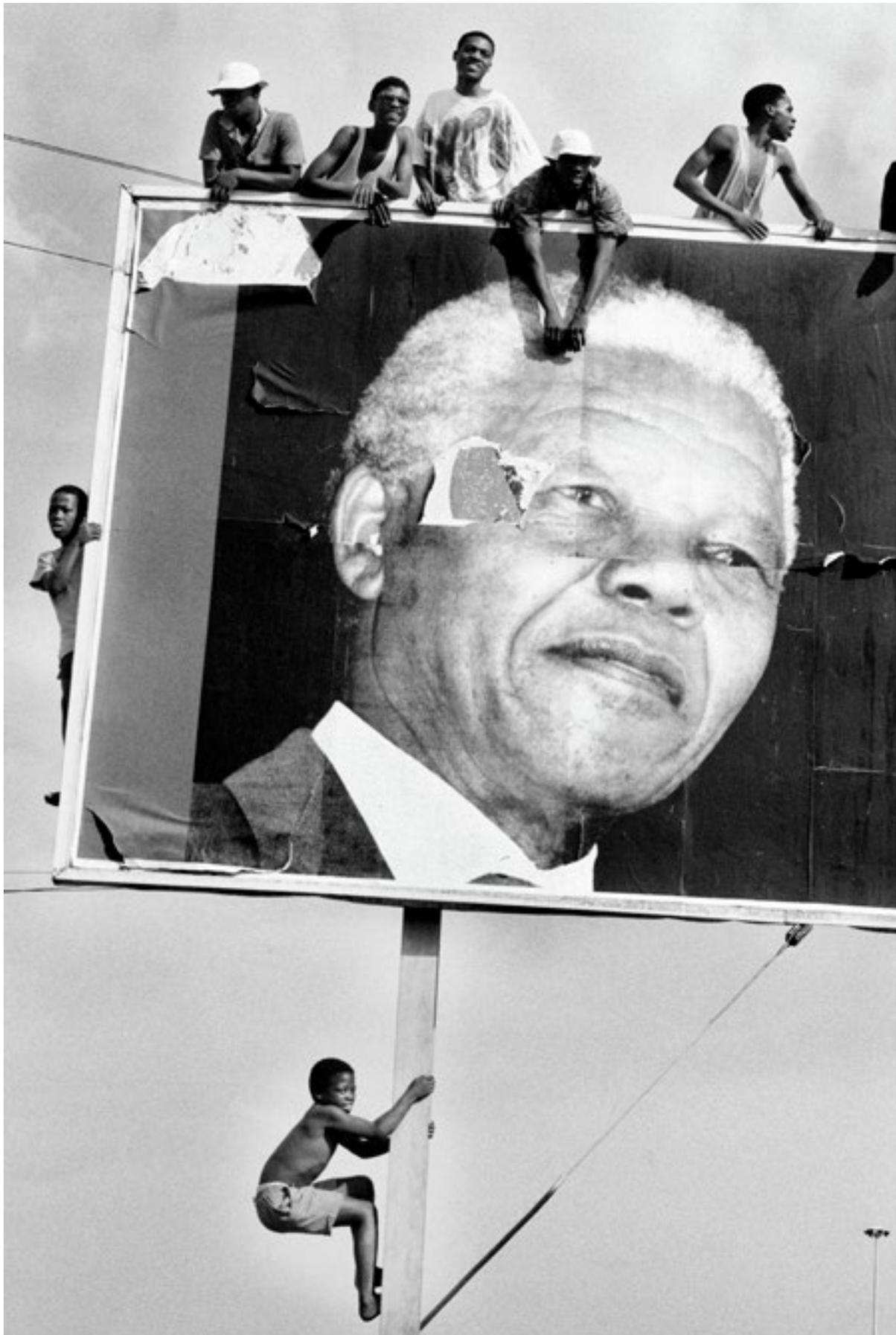
*Presidente do Parlamento Europeu*

O Prémio Sakharov, de que celebramos o trigésimo aniversário, é tão relevante atualmente como o foi em 1988, quando foi atribuído pela primeira vez a Nelson Mandela e Anatoli Marchenko. A luta pelos direitos humanos continua a ser uma das prioridades da agenda do Parlamento Europeu. O Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é uma iniciativa emblemática do nosso empenho mais amplo em prol dos direitos humanos, que se encontram no cerne dos nossos valores comuns.

Atribuído a numerosas personalidades excecionais, o Prémio Sakharov tornou-se, ao longo do tempo, muito mais do que uma cerimónia anual: é agora um porta-voz para os laureados. O Parlamento Europeu integra estes últimos na Rede do Prémio Sakharov e apoia-os no seu papel de embaixadores na promoção do espírito de iniciativa. Juntamente com os laureados, lançámos a Bolsa de Estudo Sakharov para defensores dos direitos humanos, a fim de apoiar ativistas em todo o mundo.

Este livro dirige-se a todos aqueles que, tal como os laureados, lutam pelos seus direitos e por uma sociedade mais justa, ao mesmo tempo que motivam outros a fazer o mesmo. Posso apenas manifestar a minha admiração e o meu apoio aos quatro corajosos bolseiros do Prémio Sakharov — quatro entre muitos outros — cujo trabalho e vida emblemáticos são objeto deste livro. Gostaria igualmente de aproveitar a oportunidade para agradecer a Eric Fottorino, eminente jornalista e escritor, que conseguiu contar a história destes bolseiros, suscitando, ao mesmo tempo, a reflexão através do seu ensaio sobre os direitos humanos no mundo, bem como a Jérôme Sessini, Bieke Depoorter, Enri Canaj e Newsha Tavakolian, quatro fotógrafos de renome, cujas imagens tanto fazem para dar vida a estas histórias.

Nos últimos anos, um pouco por todo o mundo, o espaço ocupado pela sociedade civil diminuiu progressivamente. As organizações que procuram defender os direitos



fundamentais dos seus concidadãos são, por vezes, acusadas no seu país de serem agentes estrangeiros; recorre-se à intimidação, à prisão e à tortura para os silenciar. Os direitos fundamentais são também postos em causa no mundo ocidental e dentro da própria União Europeia. As liberdades mais elementares dos nossos concidadãos são ameaçadas por um terrorismo mundial, que devemos combater com determinação, sem, no entanto, afetar as nossas liberdades fundamentais.

Até agora, o Prémio Sakharov homenageou ativistas cubanos a favor da democracia por três vezes: Guillermo Fariñas em 2010, as Damas de Branco em 2005 e Oswaldo José Payá Sardiñas em 2002. Atribuído a Hu Jia em 2008 e a Wei Jingsheg em 1996, o prémio chamou a atenção, por duas vezes, para a longa e difícil luta pelos direitos humanos na China. Saudámos igualmente a ação dos ativistas iranianos Nasrin Sotoudeh e Jafar Panahi em 2012, bem como a da organização não governamental russa Memorial em 2009.

Hoje em dia, a liberdade de imprensa encontra-se ameaçada em muitos países onde os governos tentam silenciar e oprimir os jornalistas. Ao atribuir o Prémio Sakharov à organização Repórteres Sem Fronteiras em 2005, à Associação Bielorrussa de Jornalistas em 2004 e ao diário *Oslobođenje* em 1993, o Parlamento Europeu quis prestar homenagem a personalidades carismáticas que defende-

ram o jornalismo independente como peça essencial da democracia.

As mulheres continuam a ser, atualmente, as mais vulneráveis às violações dos direitos humanos. Malala Yousafzai e Hauwa Ibrahim, laureadas respetivamente em 2013 e 2005, lutam pela defesa e promoção dos direitos das mulheres, inclusive através do acesso à educação. Em 2016, o Prémio Sakharov distinguiu Lamyia Haji Bashar e Nadia Murad, duas corajosas mulheres iazidi, provenientes do Iraque, e em 2014 o médico congolês Denis Mukwege, que se insurgiram contra a violência atroz de que são vítimas as mulheres e as crianças em situações de conflito.

O Prémio Sakharov homenageia também o mais íntimo de todos os direitos humanos: a própria liberdade de pensamento. Laureados como o bloguista saudita Raif Badawi foram presos por exprimirem as suas ideias.

Ao longo de três décadas, os laureados do Prémio Sakharov constituíram uma duradoura fonte de inspiração. Espero que, ao longo dos próximos trinta anos, esta inspiração que nos oferecem incentive outros a demonstrarem a sua compaixão, a empenharem-se e a lutarem por um mundo mais justo. O Prémio Sakharov só terá a ganhar com isso.





# Samrith Vaing

Camboja



por Jérôme  
Sessini

# Samrith Vaing tem 35 anos. Apresenta-se logo como indígena. Pertence à minoria dos Bunong, uma das vinte e quatro comunidades do país, uma das mais numerosas e também mais antigas, uma vez que se encontra estabelecida há mais de dois mil anos na província do Mondulkiri, na zona oriental do Camboja, perto da fronteira vietnamita.

O que impressionou o fotógrafo Jérôme Sessini, que o acompanhou durante vários dias, foi a serenidade absoluta das paisagens e das pessoas. A simplicidade dos aldeãos, a sua autenticidade que querem manter a todo o custo. «Nada de abstrato ou ideológico na sua atitude», explica o repórter habituado às zonas de guerra sob extrema tensão. Aqui tudo parece propício à tranquilidade. «É difícil mostrar a violência política», sublinha. No entanto, sentiu-a quando da sua deslocação a Stung Treng. Samrith queria dirigir-se a aldeias situadas na floresta, mas as forças policiais e os militares impediam o acesso. Impossível estabelecer contacto com as comunidades locais. O ativista dos direitos humanos quis passar, a todo o custo, porque queria fazer compreender ao seu visitante as dificuldades enfrentadas por estas comunidades entregues aos apetites de empresas chinesas que expropriam as suas terras com a cumplicidade do governo. Jérôme Sessini

Camboja, Prame. Julho de 2017.  
*Samrith Vaing, defensor dos direitos humanos e bolsheiro do Prémio Sakharov.*

não aceitou que Samrith assumisse tal risco. O perigo era demasiado grande.

O cenário é evidente, com os seus desafios. Aqui, a defesa das liberdades individuais confunde-se com a do ambiente, da floresta, dos seus habitantes, homens e animais, como os macacos que partilham a vida das famílias ou os cães que aparecem nas fotografias como autênticas personagens. Quando o fotógrafo chegou ao Camboja, Samrith Vaing sentia-se feliz perante a perspectiva de falar inglês durante uma semana. Assim, poderia melhorar a sua prática da língua para apresentar ainda melhor a sua mensagem junto das autoridades internacionais e de todos aqueles que pretende sensibilizar para a sua causa. Especificamente, é onexo entre o homem e a terra, a preservação dos meios naturais e a luta contra as alterações climáticas que ocupam e preocupam este ativista no terreno. «I go to the ground» (Vou ao terreno), repete constantemente, uma forma de demonstrar que se aproxima o mais possível das pessoas, dos seus problemas, das suas preocupações.



Camboja, província de Stung Treng.  
*Desflorestação causada pela exploração  
intensiva da madeira, pela expansão das terras  
aráveis e pela construção de barragens.*

**Dupla página seguinte:**

Camboja, província de Mondol Kiri.  
*Os Bunong constituem o maior grupo étnico  
das regiões montanhosas do Camboja. Vivem  
na província de Mondol Kiri há cerca de  
dois mil anos.*

«Interesso-me particularmente pela floresta», explica. «Espero que o governo aja e que se junte a nós nesta posição. Mas nada foi feito. Pelo contrário. A floresta desapareceu. Alguns ativistas foram assassinados ou encontram-se atualmente na prisão. Outros ficaram atemorizados devido às pressões de que foram alvo e acabaram por se afastar do ativismo». Em contrapartida, Samrith Vaing não se deixa intimidar. Quer lutar pelos seus, contra todas as injustiças. Não abandonar ninguém. Salvar a Natureza para salvar o Homem.

Foi o espetáculo deste país e dos habitantes da floresta que levou Jérôme Sessini a renunciar à cor. Na sua opinião, a forma autêntica como os aldeãos vivem impunha o preto-e-branco. «Para chegar ao essencial», diz, «é melhor restituir a beleza, desembaraçando a imagem de tudo o que parece inútil». Como se quisesse estabelecer uma relação ainda mais direta entre o seu sujeito e aquele que o descobre. Que viu ele de tão impressionante nesse Camboja que enfrenta ainda os fantasmas do genocídio perpetrado pelos Khmers Vermelhos entre 1975 e 1979? No Museu da Memória de Phnom Penh, Jérôme Sessini viu milhares de fotografias de vítimas, rostos para sempre silenciosos mas tão expressivos. Retirou, sem dúvida, destas expressões uma parte da gravidade que envolve as suas imagens. Como no mercado a céu aberto, em Stung Streng, onde uma jovem, de olhar determinado, vende os seus legumes à chuva. Aqui, os indígenas são constantemente ameaçados de expulsão desde que começou a construção da barragem por uma empresa chinesa.

Para os forçar a partir, as autoridades locais proíbem aos Bunong o acesso aos mercados cobertos, que, no entanto, existem. Deixando-os ao ar livre, expostos às intempéries, tentam desencorajá-los. Sabem também que, ao impor-lhes estas condições precárias, farão diminuir os seus rendimentos. Então, esperam as autoridades, os Bunong aceitarão as propostas do poder central: abandonarem as suas casas, serem realojados longe de casa, das suas terras ancestrais, em alojamentos anónimos, em locais sem história. Estes programas de deslocalização assombram os Bunong da floresta que não pedem mais do que poderem permanecer nas terras onde sempre viveram. Samrith Vaing está a seu lado. Sabe que os poderosos não têm estados de alma. O clã que governa o país pode arrasar milhares de hectares sem pestanejar, pouco lhe importando que se encontrem aldeias no meio! O interesse financeiro prevalece sobre tudo o resto.

É aqui que Samrith intervém, por intermédio da sua organização, a Community Development Cambodia (CDC). «Durante muito tempo, trabalhei numa associação nacional com sede na capital», explica. «Tínhamos poucos fundos e, por conseguinte, poucos meios para nos deslocarmos. Atualmente, estou de regresso à minha província de Kratie, um local muito turístico. As dificuldades são de todos os tipos. Aqui, os indígenas são confrontados com a invasão da cana-de-açúcar. Empresas chinesas e vietnamitas apoderam-se das terras, destroem a floresta e plantam cana-de-açúcar. Noutras zonas, o problema





provém das plantações de héveas, destinadas ao fabrico de borracha. Perto da fronteira com o Vietname, são as explorações que produzem óleo de palma que ameaçam a vida dos habitantes e o acesso aos recursos naturais». Na origem destes graves desequilíbrios, encontra-se a política do governo que distribui licenças às empresas estrangeiras contra dinheiro, permitindo, assim, que investidores sem escrúpulos se apropriem das terras. A corrupção prevalece e coloca a floresta cambojana em corte ordinário. «As empresas que se instalam aqui apresentam relatórios falsos, pretendendo que o seu impacto não afetará a vida das populações. As autoridades públicas fecham os olhos. As empresas estrangeiras não tardam a desbravar vastas superfícies. A madeira é enviada para o Vietname e depois para a China para ser vendida». As fotografias de Jérôme Sessini dispensam comentário. Quantas paisagens desoladas, devastadas, como após um sismo! Os solos privados das suas árvores e de cobertura vegetal tornam-se instáveis. As inundações provocam danos terríveis. Só as crianças se divertem, mergulhando nesses mares surgidos em poucas horas no meio do nada.

A estas populações ameaçadas de expulsão de suas casas, Samrith Vaing traz uma arma fundamental: o conhecimento dos seus direitos. «Se não os conhecerem, como poderão defender-se?». Apesar dos riscos incorridos, não hesita em manifestar-se nos meios de comunicação social quando necessário, nem em utilizar o seu nome publicamente. Usa as redes sociais, difunde numerosos vídeos.

Criou mesmo o seu canal YouTube para divulgar informações sobre a sua ação. Mas a sua abordagem é, acima de tudo, altruísta: «Fico na sombra para ajudar os indígenas. Estou atrás deles para os ajudar a construir a sua defesa. O meu objetivo consiste em fazer emergir uma consciência, não em lutar contra entidades precisas. Evito acusar o governo. A minha estratégia consiste não em criticá-lo diretamente, mas em destacar os factos reprováveis. Centro também o meu trabalho no aquecimento global. Esta questão e a das condições de vida estão intimamente ligadas. Compreendi-o ao observar a situação na Malásia. Os indígenas alimentam-se das riquezas da floresta: o mel, a caça. Utilizam igualmente a resina e a goma. Em troca, cuidam da floresta. Quando protegem a floresta, o aquecimento global abranda. Aqui, no Camboja, os indígenas lutam para que o governo tome medidas e garanta os seus direitos: o do acesso às terras, aos recursos da Natureza; o de ter escolas, estradas e hospitais. Se estas questões fundamentais não forem resolvidas no seu conjunto, explodirão graves conflitos».

Samrith transmite, incansavelmente, a sua chama, a sua energia, a sua vontade às famílias que encontra para as apoiar na luta pelos seus direitos. Basta observar os olhares captados por Jérôme Sessini para ler neles uma calma determinação, essa mistura de serenidade e de firmeza que tanto marcaram o fotógrafo. Rosto de mulher no complexo industrial chinês Rui Feng, suspeito de ter ocupado 500 hectares, ilegalmente, para plantar cana-de-açúcar na província de Preah Vihear.



Rostos dos aldeãos da minoria Kui, na aldeia de Prame, mulheres e crianças, pescadores, estudantes, que pretendem, simplesmente, que nada mude nas suas vidas. Observá-los constitui uma lição de coragem e uma fonte de esperança.

Camboja, Stung Treng.  
*Mulher bunong vende os seus produtos junto ao mercado de Stung Treng.*



Camboja, província de Stung Treng.  
*Samrith Vaing (à direita) visita uma família bunong realojada pelo governo. Devido à exploração da floresta e à construção de barragens por grupos industriais chineses, as comunidades autóctones são forçadas pelo governo cambojano a abandonar as suas terras ancestrais.*



Camboja, província de Preah Vihear.  
*Cheom Kol vive em frente do complexo industrial chinês Rui Feng. As famílias acusam Rui Feng International de ter desflorestado ilegalmente cerca de 500 hectares de terreno para iniciar uma plantação de cana-de-açúcar.*



Camboja, província de Preah Vihear.  
*Uma criança da minoria bunong nada depois de  
uma forte chuvada ter causado inundações.*



Camboja, província de Stung Treng.  
*Uma criança bunong num campo de  
reajamento do governo.*



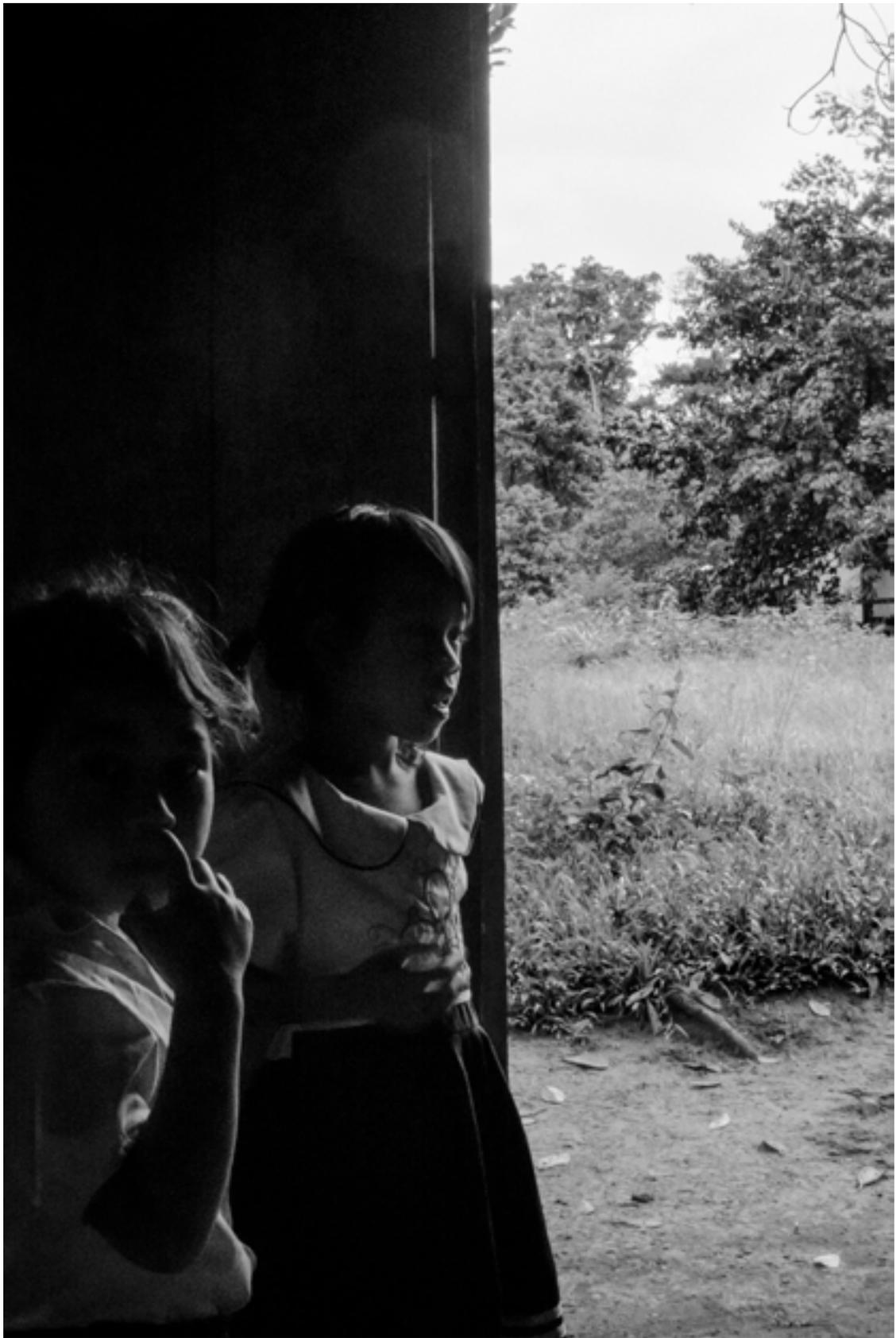




**Dupla página anterior e página da esquerda:**  
Camboja, província de Preah Vihear.  
*Crianças da minoria bunong brincam ao longo da estrada.*



Camboja, província de Preah Vihear.  
*Jovem mulher bunong a pescar.*





**Páginas da esquerda e da direita:**  
Camboja, província de Mondol Kiri.  
*Crianças da minoria bunong antes da missa  
dominical na igreja cristã de Laoka.*



**Supra:** Camboja, província de Mondol Kiri.  
*Missa celebrada na igreja de Laoka.*

**Página da direita:** Camboja, Prame.  
*Crianças kui na aldeia de Prame.*

**Dupla página seguinte:** Camboja, Anlong Srey.  
*Membros da minoria indígena kui na aldeia de Anlong Srey. Os Kui estão ativamente empenhados na proteção da floresta de Prey Lang.*









Camboja, província de Stung Treng.



**Supra:** Camboja, província de Preah Vihear.  
*Crianças, sobretudo da comunidade kui,  
na escola.*

**Dupla página seguinte:** Camboja, província  
de Preah Vihear.  
*Uma família bunong que vive em frente  
do complexo industrial chinês Rui Feng.*









**Página da esquerda:** Camboja, Prame.  
*Jovem mulher kui na aldeia de Prame.*

**Supra:** Camboja, província de Preah Vihear.  
*Vista do complexo industrial chinês Rui Feng.*

**Dupla página seguinte:** Camboja, Prame.  
*Crianças kui na aldeia de Prame.*







Páginas da esquerda e da direita: Camboja, Prame.  
*Ativistas dos direitos da minoria kuy.*



**Dupla página seguinte:** Camboja, província de Preah Vihear.  
*Estudantes da minoria bunong ao longo de uma estrada.*





# Asma Kaouech

Tunísia



por Newsha Tavakolian

Asma Kaouech tem 25 anos. É jurista. O pai era professor de filosofia. Deu-lhe bons conselhos: não ver a televisão de Ben Ali; preferir a leitura de Kant, Heidegger; estudar a democracia, as liberdades individuais, os direitos das mulheres. «Trazia-me muitos livros sobre o feminismo», conta a jovem tunisina criada na capital mas originária do sul.

«Desde a infância, ensinou-me como ser uma pessoa que tem valores». Ter valores como se tem esperança. Estas palavras caracterizam esta ativista cujo batismo do fogo remonta a 2011, duas semanas antes da revolução que provocará a queda e a partida do ditador Zine el-Abidine Ben Ali. Na verdade, a Tunísia pode apoiar-se em milhares de Asma por todo o país, como sublinha a fotógrafa iraniana Newsha Tavakolian que a seguiu, e trata-se de uma riqueza humana considerável. Mas esta Asma, pelas suas palavras, pelos seus gestos, pela sua forma de transformar em palhaços ricos crianças da rua desocupadas e prontas a desencaminhar-se, é única.

Tunísia, Tunes. Agosto de 2017.  
*Asma Kaouech, de 25 anos, bolseira do Prémio Sakharov, dirige Fanni Raghman Anni, uma associação tunisina de defesa dos direitos humanos. Esta é uma das primeiras organizações a organizar workshops artísticas para lutar contra a radicalização dos jovens.*

Em primeiro lugar, há a dor de um homem, Mahomed Bouazizi, cuja imolação em Sidi Bouzid, em 17 de dezembro de 2010, provocou uma onda de protestos sem precedentes, o queixume de todo um povo esgotado pelo regime policial de Ben Ali e do seu clã. Os povos, uma vez libertados, nem sempre sabem o que fazer com essa liberdade. Virá, portanto, de seguida, o tempo do poder conferido aos islamistas do partido Ennahda. Outra dor. Mas o comboio da História está em marcha, puxado pela multidão na rua que exige uma nova Assembleia Constituinte, uma nova Constituição, finalmente adotada em 26 de janeiro de 2014. Asma está feliz: «Este texto garante muitos novos direitos: a igualdade entre homens e mulheres; o direito de os jovens participarem na política; a liberdade de consciência, um grande passo em frente». Como muitos dos seus compatriotas, não lutou em vão. Não protestou em vão. Não passou dois dias na prisão em vão,

Tunísia, Tunes.  
*Jovens atores e atrizes trabalham com  
a associação Fanni Raghman Anni.*







antes da revolução, quando a polícia de Ben Ali a lançou para trás das grades. Saiu após ter prometido o impossível: deixar de exprimir as suas opiniões políticas, comprometer-se por escrito a não se manifestar, a estudar, a estudar apenas, e a regressar a casa, ajuizadamente. «Graças a Deus, a revolução chegou», diz Asma. «Um dos melhores momentos da minha vida! Tantas coisas me tocaram, como as pessoas que se organizavam para assegurar a proteção do seu bairro. Patrulhavam. As mulheres preparavam as refeições. Encontrávamo-nos todos para partilhar as nossas

histórias, as nossas adversidades, as nossas aspirações». A sociedade civil luta contra os islamistas que pretendem impor a religião de Estado. Asma será a única estudante a obter uma posição de estagiária na nova Assembleia. Quer ver o que decidem os deputados. Estes dizem-lhe: «Vai para a praia!» Ela fica. Não conhecem Asma, a obstinada. É nesse momento que Asma e um pequeno número de ativistas criam Fanni Raghman Anni (FRA), literalmente «artista contra vontade». Uma revolução dentro da revolução. A oralidade, os corpos que se movem, que se exprimem,

Tunísia, Tunes.  
*Grupo de crianças e adolescentes no Museu Nacional do Bardo por ocasião de um workshop de prevenção da radicalização. Um amigo de infância de Asma Kaouech fazia parte dos assaltantes do museu quando do ataque*

*terrorista de 2015. Foi uma verdadeira tomada de consciência para a jovem. Agora, organiza visitas para jovens ao local do ataque, a fim de recordar a História do país e os acontecimentos de 2015. Durante as visitas, é sempre acompanhada por um psicólogo.*

Asma Kaouech

que lutam. «Durante os protestos e as manifestações, começámos a utilizar o teatro de rua, a arte e a cultura como uma nova tática para defender os direitos humanos, para chamar a atenção das pessoas». Simplex movimento nascido em 2011, a FRA torna-se uma associação dois anos mais tarde, após ter ensaiado as suas práticas anarquistas nos cafés. «A nossa principal missão era combater a marginalização nas regiões interiores, nos bairros, junto dos jovens, dos mais pobres», explica a jurista aguerrida neste combate de rua em que a oratória, a mímica, o gesto que interpela se podem tornar. Um combate pacífico para que cada um possa reconhecer-se no outro, nas suas fraquezas, nas suas esperanças, nas suas cóleras, na sua perturbação. Três ações são, então, realizadas paralelamente: a organização de *workshops* por toda a Tunísia, que duram uma dezena de dias, reunindo cerca de trinta jovens que devem «representar» em torno do tema dos direitos humanos, representações artísticas sobre o mesmo tema, organizadas com atores profissionais, e, por último, na Jordânia, na Turquia, no Líbano, atividades nos campos de refugiados para dar às comunidades marginalizadas um contributo social, cultural e humanitário. É com base nesta experiência no terreno que, muito naturalmente, Asma orientou a sua ação para a prevenção da radicalização. «A Tunísia é o maior foco exportador de jovens *jiadistas*», salienta a jovem. «O nosso projeto é denominado “We Are Here” (Estamos aqui). Os direitos humanos estão relacionados com a paz. É, pois, necessário preservá-la através deste trabalho a montante. Temos um escritório no

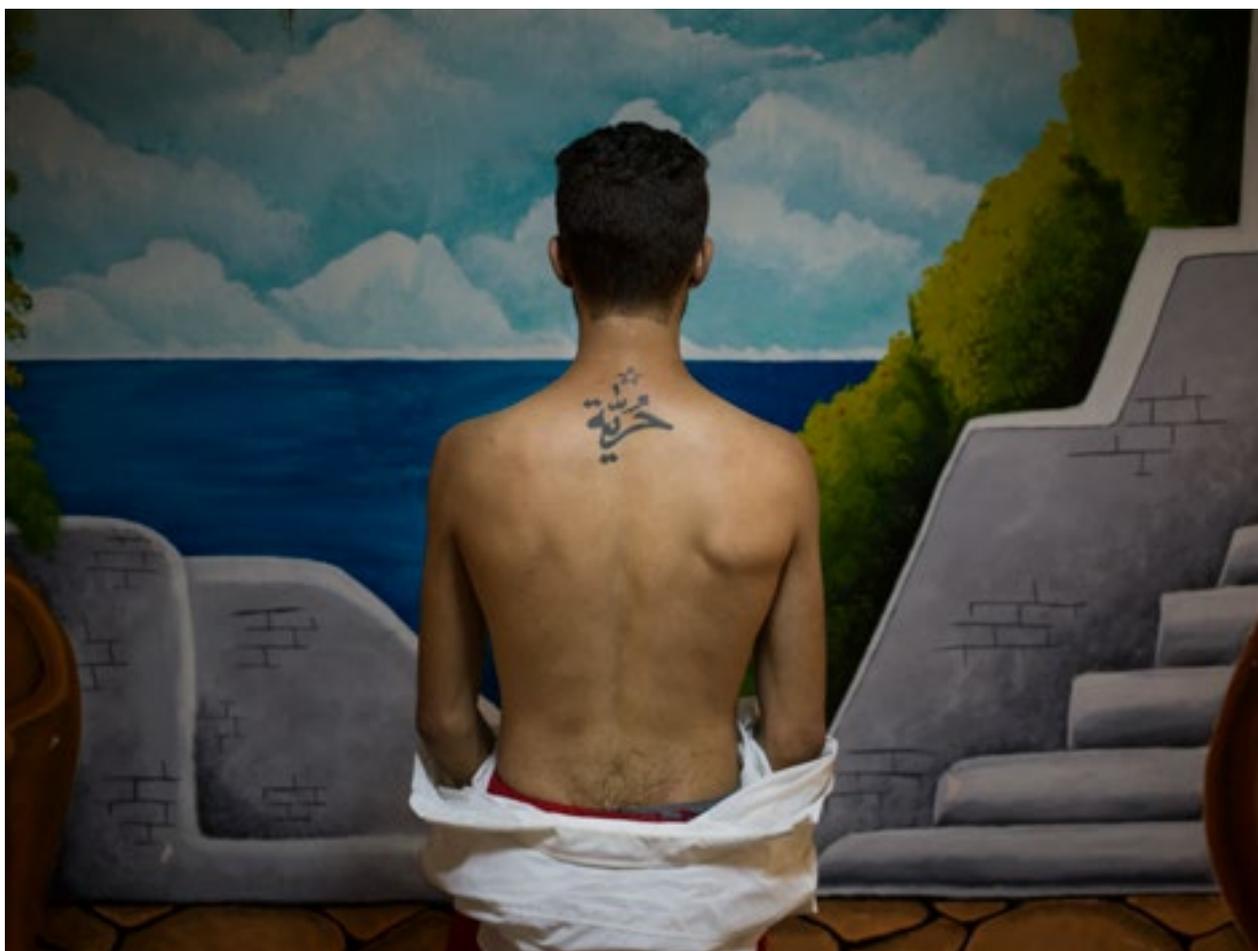
centro de Tunes, onde trabalho praticamente a tempo inteiro. Somos cinco salarizados, entre os 20 e os 29 anos. Recebemos financiamento das Nações Unidas e da União Europeia». Prevenir a radicalização. Estas palavras ressoam com firmeza na boca de Asma. «O nosso escritório foi incendiado em 2014, quando do aniversário da revolução. Senti-me em perigo. “Atores” foram também agredidos fisicamente por salafitas quando representavam. Os artistas foram presos, os salafitas não. Estes ficaram em liberdade».

O assunto é sensível. Nos últimos anos, a Tunísia registou atentados sem precedentes na sua História, como o de 26 de junho de 2015, quando um terrorista disfarçado de veraneante, com uma Kalachnikov oculta num guarda-sol, matou friamente 39 pessoas e feriu outras tantas perto de Sousse. Em 18 de março do mesmo ano, no Museu do Bardo, em Tunes, 21 turistas tinham já caído sob as balas dos assassinos. E, em 24 de novembro de 2015, um ataque terrorista tomava por alvo um autocarro da guarda presidencial. Três atentados reivindicados pelo Daexe, antes de um quarto, mortífero também, em 7 de março de 2016, em Ben Guerdane, perto da fronteira com a Líbia, que causou cerca de 50 vítimas, entre elas cerca de 30 *jiadistas*.

Asma e os seus amigos conhecem os pormenores destes dramas. Pela sua ação junto de jovens desempregados tentados pela delinquência ou à beira da radicalização, tentam eliminar esses impulsos de morte representativos do seu desespero. A objetiva de Newsha

Tavakolian conseguiu captar, de forma extraordinária, o claro-escuro desta abordagem fundamental. A parte clara é composta pelos jovens levados por Asma ao Museu do Bardo para lhes mostrar, através da arte do mosaico, como a sua História é grande e fonte de orgulho. Sem ela, sem a sua mão estendida, nunca estes excluídos teriam tido a ideia de visitar este local de luz, como se lhes fosse estranho ou proibido. Clara ainda esta energia que se liberta dos rostos pintados e dos corpos projetados no teatro improvisado no canto de uma rua ou num parque de Tunes, para partilhar com um público curioso a história das suas vidas, as suas «chatices», as suas angústias, as humilhações que os rebaixaram, que lhes «dão ódio», por vezes a ponto de quererem matar ou suicidar-se, como Mohamed Bouazizi. Claros enfim estes desenhos realizados pelos mesmos marginais quando Asma e a sua equipa lhes pedem que desenhem a casa dos seus sonhos. «Compreendi que a radicalização não tinha nada a ver com o Islão», insiste a fotógrafa. «Estes jovens estão cheios de raiva porque se sentem excluídos da prosperidade. As suas frustrações provêm da falta de oportunidades de sobrevivência, exceto a “passar” droga. A oportunidade, a segurança material, não é para eles. Desenham grandes casas para denunciar as desigualdades e as injustiças

de que se sentem vítimas». O exercício é edificante. Alguns apresentam uma casa isolada, como que para melhor salientar que estão à parte e que nunca farão realmente parte da sociedade. Canetas de feltro pousadas, os membros da associação incitam ao debate, explicam, escutam, tranquilizam. Os jovens podem exprimir livremente os seus sentimentos sem se sentirem julgados ou reprovados. Trata-se de prevenção através da benevolência e da empatia, valores que impressionaram Newsha ao longo da sua reportagem junto de Asma. A parte escura é composta pelos rostos de jovens em risco de radicalização. Rapazes ou raparigas, os seus olhares são sinais de perigo. Asma conhece as suas expressões, ora resignadas, ora passivas ou interrogativas. É para as expulsar que com outros jovens se bate pela liberdade de expressão na Tunísia, para que estes excluídos encontrem, finalmente, melhores razões para viver do que para morrer, do que para matar. «Tenho muito orgulho na juventude tunisina», insiste, repetindo os objetivos da revolução: «Dignidade, liberdade, trabalho». A esperança não a abandona. Não receberam quatro organizações da sociedade civil tunisina o Prémio Nobel da Paz em 2015 pelo seu papel crucial no êxito do diálogo nacional? «Tornámo-nos uma referência no país», regozija-se Asma. A Tunísia do futuro tem um belo rosto.



Tunísia, Tunes.

*Um jovem ator da companhia enquadrada pela associação Fanni Raghman Anni mostra a sua tatuagem: «Liberdade» em árabe.*

**Dupla página seguinte:** Tunísia, Tunes.

*Mulheres, provenientes sobretudo dos bairros mais pobres de Tunes, observam os jovens atores e atrizes que apresentam um espetáculo de rua.*







**Páginas da esquerda e da direita, dupla página seguinte:** Tunísia, Tunes.

*Espectáculo de rua apresentado pelos jovens atores e atrizes que trabalham com a associação Fanni Raghman Anni. A peça recorda a revolução de 2011, bem como os atos de violência que se seguiram.*









Tunísia, Tunes.  
*Asma Kaouech supervisiona um workshop  
de teatro.*



Tunisia, Tunes.  
*Jovem ator a ensaiar.*

Tunísia, Tunes.  
*Um rapaz deitado no ramo de uma árvore.  
Sem emprego e sem perspectivas de futuro,  
alguns jovens voltam-se para grupos  
islamitas radicais.*







Tunísia, Tunes.  
*Asma Kaouech e um adolescente no Museu  
Nacional do Bardo.*



Tunísia, Tunes.  
*Vista da cidade velha.*



**Páginas da esquerda e em cima à direita:**  
Tunísia, Tunes.  
*Autocarro leva crianças e jovens de famílias modestas a visitar o Museu Nacional do Bardo.*

**Página da direita, em baixo:** Tunísia, Tunes.  
*Retrato do opositor político tunisino Chokri Belaïd, sob uma ponte no centro da cidade.*

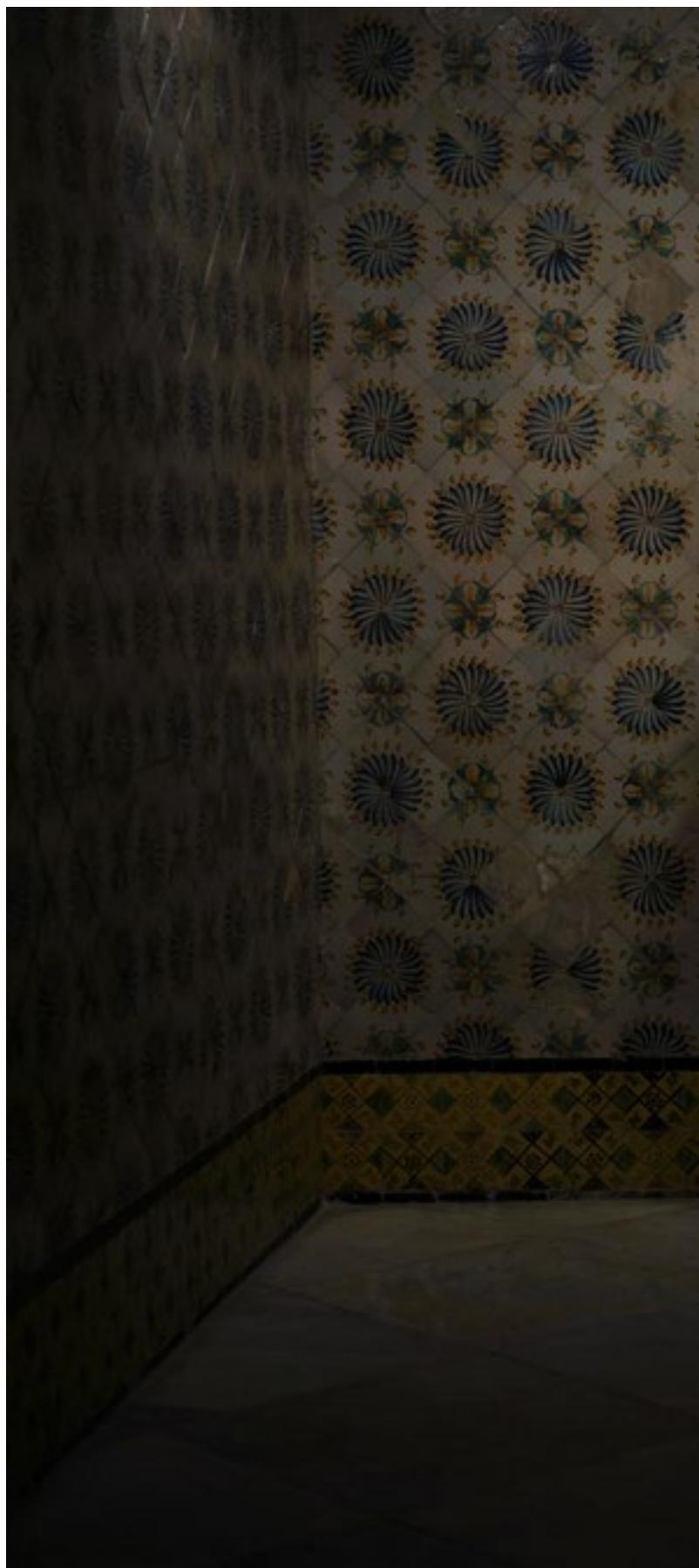




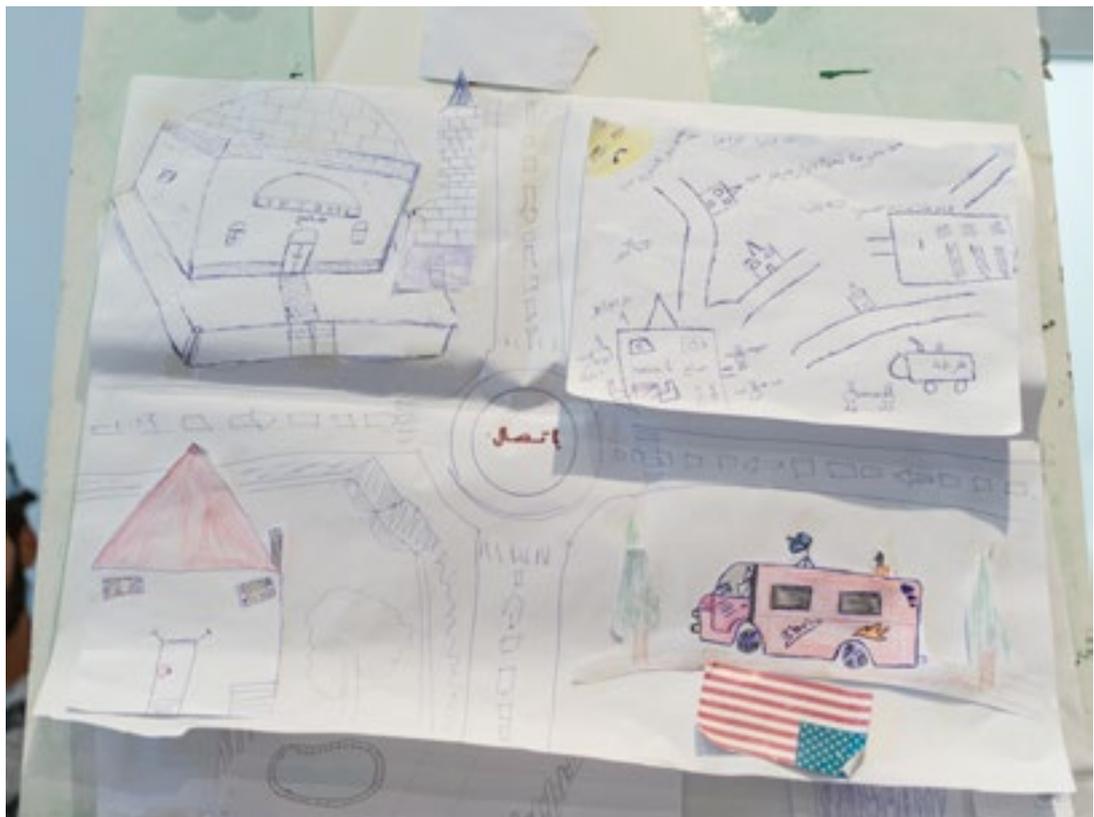


Tunisia, Tunes.  
*Na medina.*

Tunísia, Tunes.  
*Um adolescente no Museu Nacional do Bardo  
durante um dos workshops organizados por  
Asma Kaouech.*









**Páginas da esquerda e da direita:** Tunísia, Tunes.

*Jovens assistem a um workshop organizado pela associação Fanni Raghman Anni. Solicita-se aos participantes que desenhem a casa dos seus sonhos. Depois disso, debatem as suas ideias e são incentivados a exprimir os seus sentimentos. A maioria desenhou grandes casas, denunciando, assim, as desigualdades e as injustiças sociais de que se sentem vítimas. Um deles desenha uma casa onde está sozinho. Outro diz: «Não consigo imaginar uma cidade ideal, porque nem sei com que se pareceria, mesmo em sonhos».*



Páginas da esquerda e da direita: Tunísia,  
Tunes.  
*Retratos de jovens que participam  
nos workshops organizados pela associação  
Fanni Raghman Anni.*

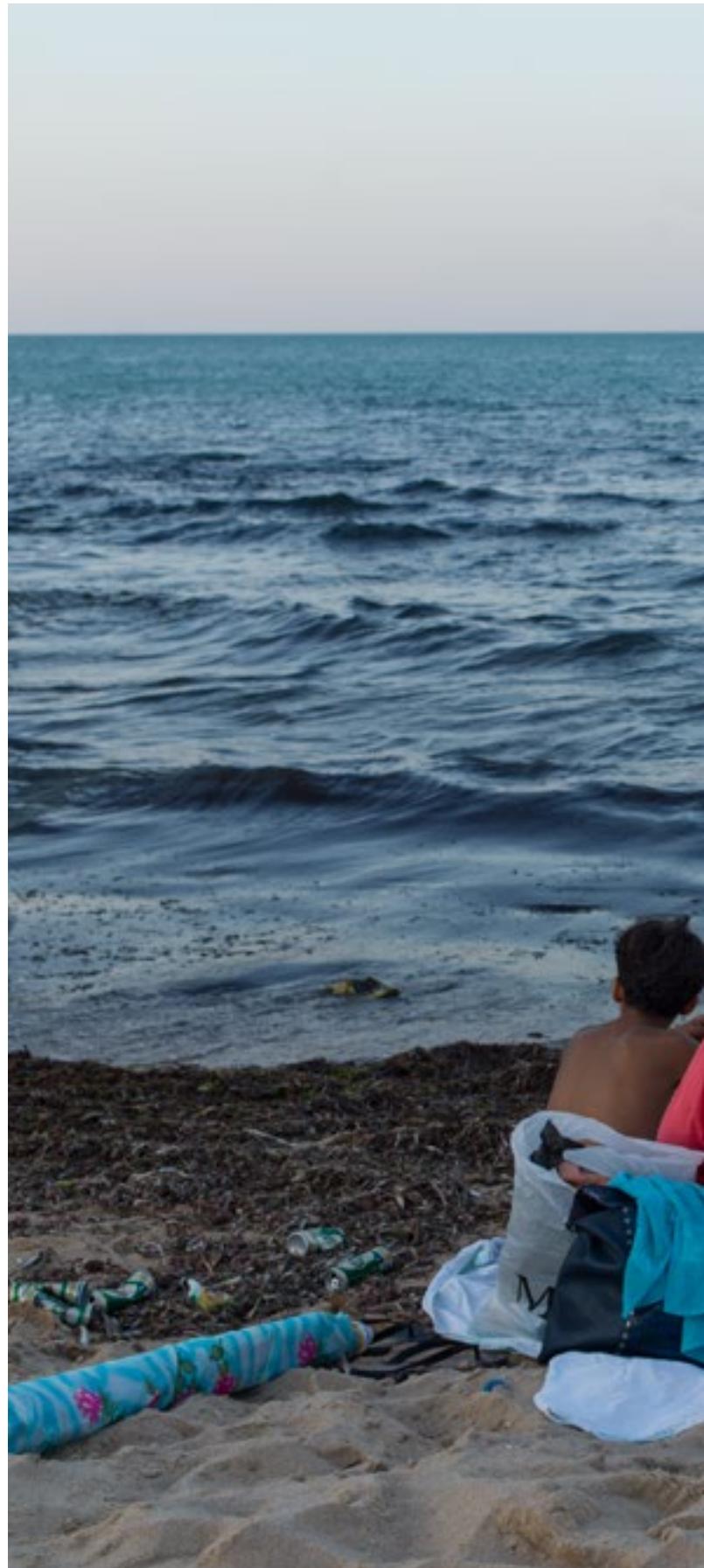


**Dupla página seguinte:** Tunísia, Tunes.  
*Asma Kaouech durante uma manifestação contra a corrupção na política.*





Tunísia, La Marsa.  
*Uma família na praia de La Marsa, a nordeste da capital.*





# Ameha Mekonnen

Etiópia



por Enri Canaj

Não hesitemos em dizer: o terror reina na Etiópia! A coligação no poder há um quarto de século viola os direitos humanos como no tempo do sinistro terror vermelho, a ditadura marxista-leninista do coronel Mengistu e da sua junta, em finais da década de oitenta. Este clima irrespirável, este medo que se cola à pele, esta sensação de ser sempre seguido, escutado, ameaçado, é o quotidiano de Ameha Mekonnen, um advogado de 45 anos que lidera o combate sozinho, ou quase, contra todos.

Pois não são muitos, na Etiópia, a defender liberdades inconcebíveis para um regime autoritário: a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão, a liberdade de criticar, de se manifestar, de dizer não. Albert Camus considerava que um estádio de futebol completamente cheio, o palco de um teatro e a oficina tipográfica de um jornal eram os únicos locais do mundo onde se sentia inocente. Para Ameha, que não é culpado de nada, só existem quatro locais onde se sente em segurança: no seu automóvel, no seu gabinete do Conselho dos Direitos do Homem, a única associação independente de defesa dos direitos humanos na Etiópia, num hotel

*Etiópia, Adis Abeba. Agosto de 2017.  
No gabinete de Ameha Mekonnen, advogado  
defensor dos direitos humanos e bolseiro do  
Prémio Sakharov.*

familiar de Adis Abeba e, por fim, em casa, entre os seus, com a mulher jurista e as duas filhas de 7 e 4 anos.

O fotógrafo albanês Enri Canaj, que o seguiu durante seis dias, avaliou como a atividade de Ameha era arriscada. «Quis mostrar a esperança que ele representa para todas essas pessoas que defende e consegue fazer sair da prisão: bloguistas, jornalistas. Vê-lo agir dá-nos uma energia inacreditável. Mas quis também mostrar a sua vida, a sua luta quotidiana, as dificuldades que enfrenta. Ajudando as pessoas em perigo, coloca-se ele próprio em perigo». Enri Canaj não pôde trabalhar como teria desejado. Foi necessário contentar-se com espaços confinados para fotografar Ameha. Realizar imagens em locais públicos estava fora de questão. Os dois





Etiópia, Adis Abeba.  
*Natnael Feleke e Getachew Shiferaw, bloguistas  
do coletivo Zona 9.*

homens comunicavam muito pouco por telefone, procuravam ser discretos. Ameha estava muito nervoso. Enri também, pois tinha de ocultar a verdadeira finalidade da sua presença, pensando mesmo em dizer que viera à Etiópia para fotografar animais. O advogado contou-lhe que, pouco tempo antes, montara uma operação de angariação de fundos num hotel da capital, com o objetivo de obter dinheiro para a sua associação. Estava tudo pronto quando a polícia entrou e impediu a sua realização.

No entanto, Ameha Mekonnen não se esconde das autoridades, o que força a admiração de Enri Canaj. Pôde encontrar-se com cinco dos nove bloguistas e jornalistas que tinham passado mais de um ano na prisão. Ameha conseguiu libertá-los, mas já não tinham trabalho e, portanto, não possuíam meios de subsistência. Nenhuma empresa os queria empregar, mesmo que as acusações de terrorismo de que tinham sido alvo fossem falsas. Ajudar estes antigos prisioneiros é visto com maus olhos pelo regime. Contaram ao fotógrafo as terríveis condições da sua detenção, em células estreitas onde sufocavam. Ameha apresentou igualmente a Enri uma jovem bloguista do coletivo Zona 9, presa e vítima de maus-tratos durante catorze meses. «Ameha decidiu logo defendê-la», salienta o fotógrafo. «Pensou nas filhas. Não suportava que uma delas pudesse, um dia, ter um destino semelhante. A família é a sua coluna vertebral. É ela que o incentiva e o motiva a prosseguir o seu trabalho com fervor. Através das minhas imagens, quis também mostrar tudo isso: a sua

coragem, os seus valores, as suas preocupações e os seus receios, a sua dedicação como advogado mas também como pai». Embora frustrado por não ter podido immortalizar imagens muito belas deste homem por razões de segurança, um episódio marcou, todavia, Enri Canaj. Num dia em que Ameha se dirigia a um encontro dos membros do seu conselho, o ascensor estava avariado. Ameha deslocou-se sempre com uma bengala. Teve de subir as escadas, degrau a degrau, lentamente, com a ponta da bengala a bater no solo. «É uma metáfora perfeita para ilustrar a sua luta em prol dos direitos humanos».

A coragem deste defensor das liberdades fundamentais não é uma palavra vã. Desde novembro de 2015, o país enfrenta graves perturbações sangrentamente reprimidas pelo poder central nas mãos dos Tigré, uma etnia minoritária na Etiópia. Os Oromo, que compõem a etnia maioritária, contestam as expropriações das suas terras em proveito de empresas estrangeiras. O poder tem, mais do que uma vez, respondido com atos de violência que, segundo a Amnistia Internacional, causaram a morte de 800 pessoas, enquanto milhares de manifestantes foram detidos e presos arbitrariamente. Esta situação agravou-se a partir de 9 de outubro de 2016, quando o governo declarou o estado de emergência. Renovado em março de 2017, foi levantado em 4 de agosto do mesmo ano. Mas, entretanto, cerca de 30 000 pessoas foram detidas, entre as quais numerosos jornalistas e líderes da oposição. Os raros ativistas que se manifestam através da imprensa



Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen a caminho do seu gabinete,  
no distrito de Bole.*



Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen dirige-se a um restaurante  
próximo do seu local de trabalho.*

desejam manter o anonimato. Os antigos presos conservam a memória de tratamentos degradantes. «Os agentes de polícia, não se contentando em agredi-los, obrigavam-nos a deslizar como serpentes sobre cascalho, a fixar o solo, a saltar como cangurus, de pés juntos, centenas de metros», escreveu o bloguista etíope Seyoum, um testemunho transmitido por Émeline Wuilbercq em *Le Monde Afrique*, de 26 de maio de 2017. Os seus crimes? Tinham denunciado a corrupção ao mais alto nível do Estado, o tráfico de terras em detrimento dos excluídos. Tinham protestado contra as enormes desigualdades e a degradação das condições de vida dos mais pobres. Embora critique o governo, Ameha recusa-se, em contrapartida, a censurá-lo em termos de antagonismos étnicos que oporiam os Tigré no poder aos outros grupos. «Essa visão é incompatível com as minhas convicções», insiste. «Para mim, o povo e o grupo dirigente constituem duas entidades distintas».

Para este homem de coração, o jogo é cerrado. Sinceramente humilde — «Numerosos defensores dos direitos humanos», diz, «mereceriam muito mais destaque do que eu» — mas obstinado, o advogado não recua um passo em face das intimidações e dos perigos latentes. Declara as suas convicções de forma inequívoca: «Bato-me pela liberdade de expressão. O que se passa no nosso país é muito grave. No papel, a nossa Constituição é perfeita em termos de direitos humanos. Mas o nosso governo não se sente comprometido por este texto! Os membros da nossa associação são constantemente assediados,

três deles passando com regularidade pela prisão. A definição de terrorismo na Etiópia é a mais ampla que conheço no mundo. Para o poder instituído, todos são terroristas em potência! Jornalistas ou líderes da oposição cujo único erro consiste em emitir opiniões contrárias às do governo. Poderia também ser preso apenas por falar consigo. Vivo permanentemente sob essa ameaça. Isso não me impede de me manifestar publicamente para denunciar irregularidades. Vou para além do meu simples trabalho de jurista. Quero assegurar que qualquer violação dos direitos seja levada ao conhecimento da opinião pública».

O homem é lúcido. Domina os seus processos, brinca sem cessar com o fogo para defender os seus clientes. A maioria destes encontra-se na prisão. Visita-os e faz valer, incansavelmente, os seus direitos. Alguns são britânicos, alemães, noruegueses. Nada seria possível sem a estrutura do Conselho dos Direitos do Homem que, apesar dos muito reduzidos recursos, conta com três advogados entre os cinco membros permanentes. «O que faço é legal», sublinha ainda Ameha, «mas não faço valer os direitos dos que defendo de forma suave». Um eufemismo para dizer que os seus métodos «agressivos» poderão um dia causar-lhe grandes problemas. No entanto, continua. É essa a sua missão. A sua razão de viver é que ninguém morra de medo ou de desespero na Etiópia, que ninguém morra de maus-tratos, devido à arbitrariedade, que ninguém morra pelas suas ideias.





Etiópia, Adis Abeba.  
*Reunião de bloguistas do coletivo Zona 9. Da esquerda para a direita: Natnael Feleke, de 30 anos, preso durante um ano e seis meses; Atnaf Berahane, de 28 anos, detido em 2014 e preso durante um ano e cinco meses; Mahlet Fantahun, de 33 anos, detida em 2015 e presa durante quinze meses; o jornalista Getachew Shiferaw, de 32 anos, detido por diversas vezes e cujo caso está ainda pendente.*



O compromisso de Ameha em prol dos direitos fundamentais nasceu em 2006. Era, então, jurista ao serviço do governo. Um dia, este último quis punir, injustamente, um eminente professor devido às ideias que transmitia aos seus alunos. Ameha recusou colaborar. A sua indisponibilidade valeu-lhe uma série de represálias e de humilhações, como a proibição de se aperfeiçoar no domínio do Direito e de realizar um mestrado. Tomou uma decisão. Abandonou as suas funções para se dedicar plenamente à defesa das pessoas acusadas de delito de opinião. «Não sou um político», explica. «Neste momento, trinta

e seis pessoas acusadas de terrorismo dependem de mim. No Conselho dos Direitos do Homem, onde trabalho como voluntário, sou responsável por três instâncias: o comité de angariação de fundos, o comité responsável pelas relações com o estrangeiro e o comité para a educação sobre os direitos humanos». Apesar das suas responsabilidades, o homem permanece sereno no meio dos seus. Nos olhos das filhas, lê o futuro do seu país. Um futuro que deseja pacífico, feliz, tranquilo. «Estou cheio de esperança. Por isso continuo na Etiópia». E repete: «Não mereço este reconhecimento».



**Página da esquerda.**

*Etiópia, Adis Abeba.*

*No seu escritório de advogados.*

**Da esquerda para a direita, de cima para baixo:**

*Etiópia, Adis Abeba.*

*Nos escritórios do Conselho dos Direitos do Homem, retratos de pessoas que foram mortas ou feridas pelas autoridades. Até à data, ninguém foi processado por estes crimes.*

*No gabinete de Ameha Mekonnen. Em 2015, integrou o Conselho dos Direitos do Homem como vice-presidente. O lema da associação: «Todos os direitos humanos para todos».*

*Ameha Mekonnen e um dos seus colegas nas instalações do Conselho dos Direitos do Homem.*



Etiópia, Adis Abeba.  
*Mahlet Fantahun e Atnaf Berahane.*



Etiópia, Adis Abeba.  
*Vista da cidade.*



ing label  
to create  
Change  
to have new  
actors that  
the changes  
and should  
to address  
new ideas  
to build the  
up the foundation



Etiópia, Adis Abeba.  
*Natnael Feleke passou um ano e seis meses na prisão. «Tenho sorte», afirmou. Após a sua libertação, encontrou trabalho. Um passo que continua a ser muito difícil para os outros bloguistas.*



**Páginas da esquerda e da direita:** Etiópia,  
Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen no telhado do edifício  
do Conselho dos Direitos do Homem.*



**Dupla página seguinte:** Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen nos arredores de Adis Abeba  
ao final da tarde.*







Etiópia, Adis Abeba.  
*O fato de Ameha Mekonnen pendurado  
no armário do seu quarto.*



Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen e as filhas veem televisão.*

**Dupla página seguinte:** Etiópia, Adis Abeba.  
*A família de Ameha no pátio da sua casa, num domingo à tarde.*





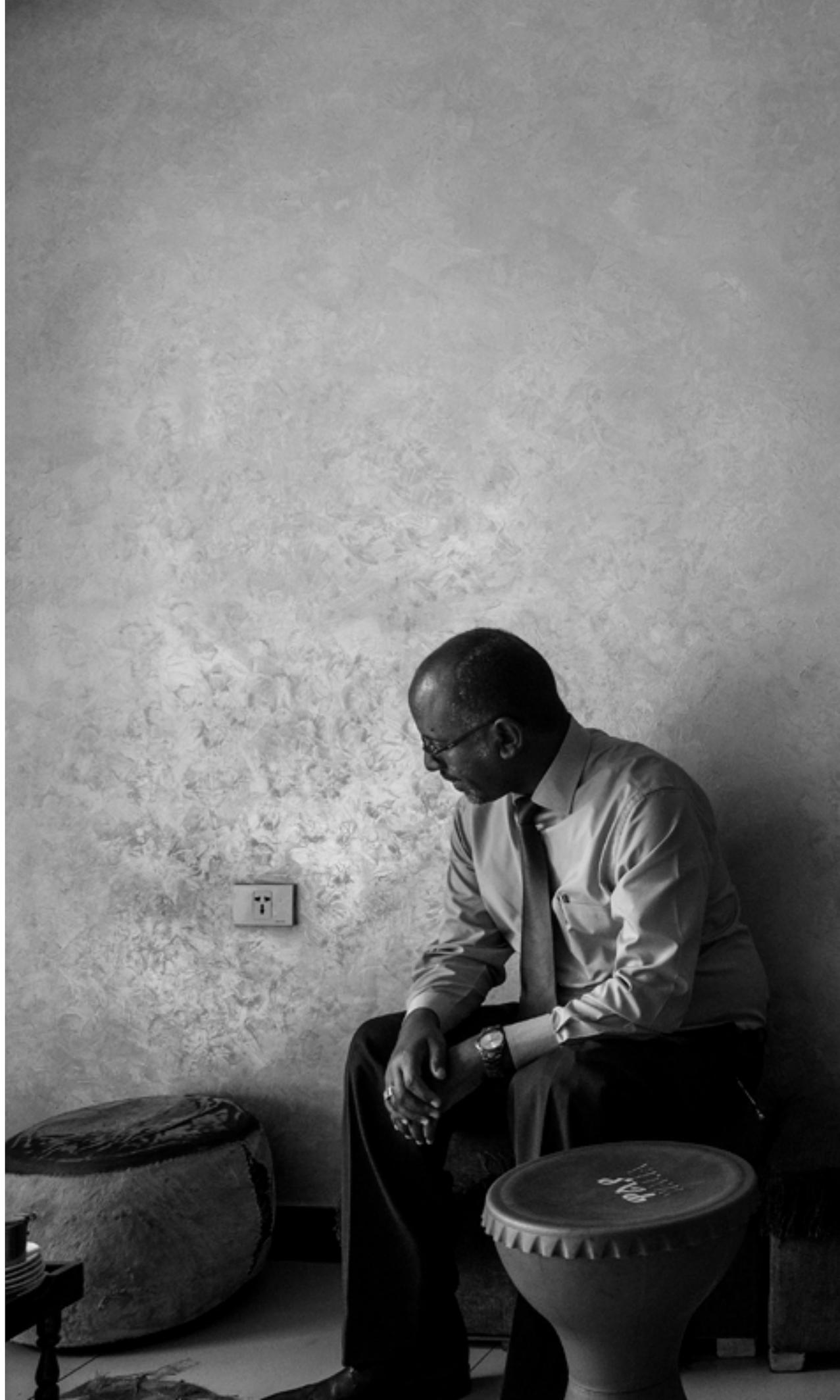
Etiópia, Adis Abeba.  
*Na sala de Ameha Mekonnen.*





Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha, a mulher e a filha mais nova durante uma refeição de família.*

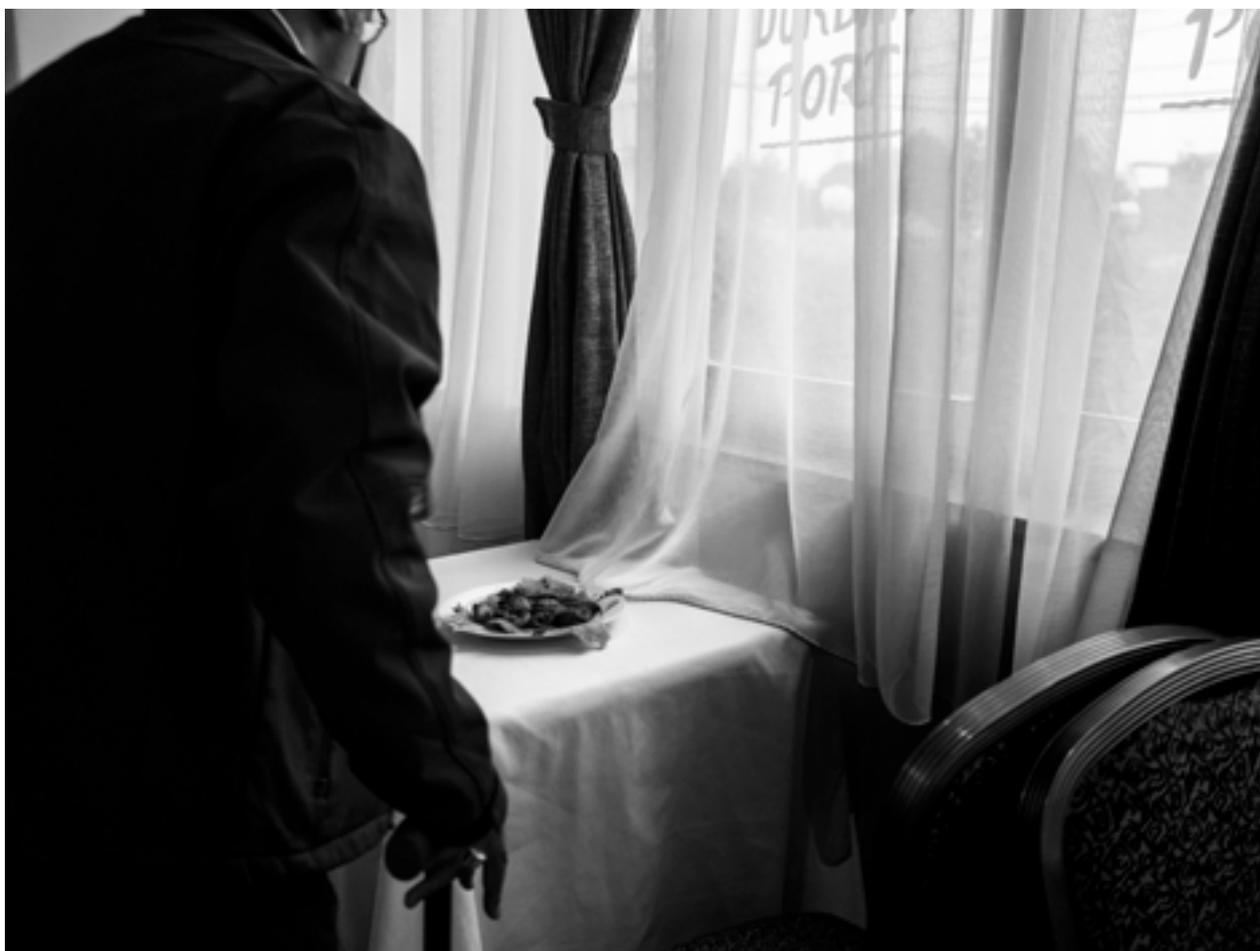
**Dupla página seguinte:** Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen durante a pausa para almoço, num restaurante perto do seu gabinete.*







Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen conduz em direção ao seu gabinete, no distrito de Bole.*



Etiópia, Adis Abeba.  
*Ameha Mekonnen num hotel familiar que  
conhece bem. Um dos poucos locais onde se sente  
em segurança.*

**Dupla página seguinte:** Etiópia, Adis Abeba.  
*No telhado do edifício do Conselho dos Direitos  
do Homem.*





# Jadranka Miličević

Bósnia-Herzegovina



por Bieke Depoorter

Para conhecer Jadranka Miličević, para a compreender e avaliar a profundidade do seu empenho, é necessário recordar primeiro o inferno de onde provém. Diz-se em poucas palavras, mas palavras que causaram mais de 200 000 mortes. Cerco de Sarajevo, massacre de Srebrenica. Guerra dos Balcãs. Martírio da Bósnia-Herzegovina no momento do ressurgimento mortífero dos nacionalismos sobre os escombros da ex-Jugoslávia.

Um episódio dos mais sangrentos e mortíferos da segunda metade do século XX após a queda do muro de Berlim e do comunismo soviético. Nunca será demais dizer: entre 1992 e 1995, a duas horas de voo de Paris e Berlim, às nossas portas portanto, a Europa acolheu um foco de barbárie que foi incapaz de liquidar pelos seus próprios meios. Cedeu mesmo aos Estados Unidos da América a iniciativa dos acordos de paz de Dayton, no Ohio, em dezembro de 1995, para pôr cobro aos confrontos interétnicos. É um dos primeiros aspetos que atraíram a atenção de Bieke Depoorter, a fotógrafa que partiu ao encontro de Jadranka, de 60 anos. Ela fala, fala, fala. Não pára de falar, de contar, de recordar, persuadida de que uma das formas mais eficazes de lutar pela paz é recordar os horrores que aconteceram. É como se tivesse sido ontem. Há menos de

*Bósnia-Herzegovina, Sarajevo. Agosto de 2017. Jadranka Miličević, ativista dos direitos humanos e bolsreira do Prémio Sakharov, visitando a casa de uma família cigana.*

vinte e cinco anos. À distância apenas de uma geração. E a ideia de que tudo poderá recomeçar se não se tomarem precauções, se vozes não repetirem *ad nauseam* o que se passou nesta parte dos Balcãs. Milhares de mulheres violadas. Homens, mulheres e crianças deslocados contra vontade, agredidos, eliminados. Uma limpeza étnica em grande escala em nome de uma purificação racial de uma outra época. Abusos perpetrados por todas as partes: grupos paramilitares e exércitos privados, civis contra outros civis, irmãos entre si, como lobos. Por isso, sim, Jadranka é faladora, uma verdadeira tagarela. Acredita na força das palavras contra a inércia do esquecimento. Partilhar histórias, transmiti-las uma e outra vez, é impedi-las de desaparecer da memória coletiva. Atualmente, o objetivo combativo de Jadranka é descrito em sete livros e dois filmes. Não se trata de culto da personalidade, longe disso, mas sim de um modo de ação, de tornar mais credível os seus esforços através do exemplo.



Otkri Ponike za život

Otkri Ponike za život

Volim te!

BELIEVE  
anything  
POSSIBLE



**Dupla página anterior:**  
Bósnia-Herzegovina, Vareš.  
*Elda Šišić, filha de Lejla Omerović.*

Em 1992, na véspera do conflito, Jadranka vive em Sarajevo. Uma vida normal, com o marido e os dois filhos. «Trabalhava num banco, pertencia à classe média. Desde o início do conflito, deixei Sarajevo e refugiei-me na Sérvia. No momento em que me tornei uma refugiada, tornei-me uma ativista dos direitos humanos. Não queria esperar que alguém viesse em meu auxílio. Era eu que queria ajudar os outros. Devo dizer que parti com um sentimento de culpa. Deixei o meu marido em Sarajevo. Não podia ficar parada». A partir de dezembro de 1992, junta-se, em Belgrado, à organização feminista e pacifista Women in Black (Mulheres de Preto). O início de uma luta que não mais cessará. «Comecei a minha nova vida», recorda Jadranka. «A única vida que amo. Com o sentimento de ter perdido trinta anos, os primeiros trinta anos da minha vida». Na Women in Black, Jadranka estabelece ligações com outras «guardiãs da paz» em Itália, em Espanha, na Alemanha e na Hungria. Em conjunto, criam redes de entreajuda para apoiar as mulheres vítimas de violência. Recolhem e partilham as experiências das que vivem em zonas de conflito, como a Bósnia e a Croácia, e a quem Jadranka chama as suas «amigas». «Criámos obras em inglês, ilustradas por testemunhos». Sempre a mesma obsessão, o mesmo *leitmotiv*: publicar para não esquecer, falar para preservar a paz. É assim que a ativista participa na fundação de CURE Sarajevo, uma organização não governamental (ONG) feminista e militante cujo objetivo é promover a igualdade de género e fazer evoluir, positivamente, a sociedade através de programas educativos

e culturais. Jadranka ajuda à criação de antenas locais da CURE e ministra formação para que as pessoas possam prover às suas necessidades materiais. Em pequenos grupos, aprendem a vender mel ou almofadas perfumadas de alfazema, dão-se conselhos e ferramentas para subsistir num ambiente em que, mesmo após a guerra, as mulheres são consideradas negligenciáveis. Em especial as mulheres ciganas. É este sofrimento real que conduzirá Jadranka a juntar-se a CARE, outra ONG, inteiramente dedicada à ajuda a estas mulheres objeto de discriminação.

CURE e CARE: a existência de Jadranka passa-se nestas duas organizações que anima, essencialmente, na Bósnia-Herzegovina, na Sérvia e no Montenegro. Ativista a 100%, 24 horas por dia. Sem vida pessoal, sem vida privada. Só tem tempo para as suas atividades no terreno, de formação, de elaboração de projetos e de acordos, a fim de obter, nomeadamente, apoios da União Europeia. «Nunca vemos a nossa mãe», confia um dos filhos. Sempre a viajar para animar *workshops*. «É a sua vida», insiste Bieke Depoorter. «É a única coisa que conta. Não quer chamar às pessoas que ajuda “beneficiários”. A maioria destes acabam por se tornar amigos». Poderia chamar-se-lhe a sua outra família, senão mesmo a sua verdadeira família. «Juntas, partimos de Sarajevo para uma digressão pelas numerosas aldeias circundantes», acrescenta a repórter fotográfica. «Era muito importante para Jadranka. Queria que a fotografasse nesses locais. Anualmente, no final do mês de julho, dirige-se também a Srebrenica, com muitos

Bósnia-Herzegovina, Vareš.  
*Jadranka visita Lejla Omerović, que vive numa aldeia isolada chamada Vareš. Em 2014, a casa de Lejla foi parcialmente destruída por uma inundação. A fundação CURE prestou-lhe assistência, reunindo fundos para reparar a casa, mas ainda falta dinheiro para o início dos trabalhos.*

Jadranka Miličević



membros da Fundação CURE e da Women in Black, para visitar o memorial às vítimas. Quer, a todo o custo, preservar a memória das atrocidades». Jadranka confirma com gravidade: «Quería mostrar esses locais a Bieke. Algumas pessoas que conheço perderam toda a família. Um dos meus amigos viu desaparecer aqui cinquenta e seis dos seus parentes». É graças à iniciativa de mulheres como Jadranka que o memorial de Srebrenica-Potočari foi inaugurado em 2003, oito anos após o massacre. «Tentamos pressionar o governo a construir lugares de memória. Ajudamos também as mulheres isoladas, viúvas desde a guerra,

a defender os seus direitos. E, evidentemente, procuramos os corpos dos desaparecidos. No memorial de Srebrenica-Potočari, estão inscritos 8 372 nomes na lista das vítimas, mas apenas 6 800 restos mortais foram encontrados e identificados. As viúvas e as mães esperam poder fazer o verdadeiro luto pelos seus desaparecidos. Mesmo após todos estes anos, a situação continua a ser muito dolorosa. Como voltar a uma vida normal quando faltam todos estes mortos?».

Para Bieke Depoorter, esta reportagem não foi simples. Admira e respeita profunda-



mente Jadranka, o seu empenho militante permanente, a sua forma de reivindicar um feminismo firme, a sua persistência em restituir o poder às mulheres, em permitir-lhes a iniciativa, a autonomia, o gozo de prerrogativas plenas. No entanto, a fotógrafa teve de se adaptar ao que Jadranka a deixava ver. Por onde viaja, tanto nos Estados Unidos da América como no Egito no momento da revolução, Bieke procura estabelecer uma relação íntima

com as pessoas que fotografa com a sua objetiva. Para Bieke, a fotografia é uma conversa. «A relação com as pessoas é fundamental», afirma Bieke. «Com frequência, não querem ser fotografados. Na Bósnia, tentei explicar a minha abordagem a Jadranka, porque esta receava que eu mostrasse a pobreza das suas casas. Na última noite, pude fazer o que queria. Foi o que preferi. Sentar-me na cama das pessoas que me recebiam. Ficar sozinha com

uma família. Estabelecer um clima de confiança propício às confidências».

Não falta humanidade às fotografias de Bieke. Leila vive isolada numa aldeia. Violada durante a guerra, espancada pelo marido, abandonada pela família; a sua vida é uma provação. «A sua coragem conferiu-lhe a força de agora ser feliz», sublinha Jadranka, cheia de afeição pela jovem. Por intermédio da CURE, prestou-lhe um apoio indispensável sob a forma de uma máquina de costura que lhe permite fabricar e vender a sua produção artesanal. Em 2014, a casa de Leila foi inundada. A ONG de Jadranka interveio de novo para socorrer a jovem e afastá-la de uma precariedade que

a ameaça constantemente. É assim a vida quotidiana desta mulher incansável. Seja em Sarajevo, no Montenegro ou na Sérvia, consagra-se ao apoio às mulheres ciganas, no âmbito da CARE. Às 17 horas, no final do primeiro dia, prossegue com as suas atividades para a CURE. «Prestámos o nosso apoio a 15 000 mulheres ciganas e romenas até à data. Conseguimos que fossem ao médico, que fizessem mamografias. Recolhemos fundos para financiar escolas, para permitir que os mais carenciados retenham a sua habitação». Enquanto as suas forças lho permitirem, prosseguirá a este ritmo. «Ser militante, ocupar-me dos outros, foi o que me permitiu sobreviver», conclui Jadranka.

**Na página da esquerda:**  
Bósnia-Herzegovina, Visoko.  
*A casa da Mirsada Bešić.*



Bósnia-Herzegovina, Vareš.  
*Elda Šišić, a filha de Lejla Omerović.*



**Dupla página seguinte:** Bósnia-Herzegovina, Visoko.  
*A casa de Mirsada Bešić é a única da região com água corrente. Os vizinhos vêm a sua casa para se abastecer.*







Bósnia-Herzegovina, Visoko.  
*Harun com a vaca da família Mirsada.*



Bósnia-Herzegovina, Vareš.  
*Lejla Omerović e a sua família num campo.*





Bósnia-Herzegovina, Sokolac.

*Jadranka fala com uma jovem feminista, Jovana Boljanić, e seu pai, Bogdan. Jovana e Jadranka conheceram-se num dos workshops animados por esta última. Jovana lançou a Art Queer, uma organização militante. Inicialmente, o pai e o irmão de Jovana opunham-se ao seu ativismo e Jovana tinha de participar nas reuniões em segredo. Agora, o pai de Jovana apoia-a mais e autorizou Jadranka a visitar a sua casa de família pela primeira vez.*

**Dupla página seguinte:** Bósnia-Herzegovina, Sokolac.

*Jovana Boljanić no seu quarto, local onde se sente livre para ser ela própria. Muitas coisas, entre elas a sua bandeira com as cores do arco-íris, que esconde, apesar de tudo, do irmão e do pai.*



SAVEZ  
L'ÉCOLE  
EST  
L'ÉLÈVE







A woman wearing a red and white dress is bending over in a field of tall grass, possibly picking flowers or tending to the plants.

A large, two-story white house with a prominent red-tiled roof is the central focus of the middle ground. It has a single window visible on the upper floor.

Two cars are parked on a dirt road in the middle ground. One is a white hatchback, and the other is a silver sedan.

Two tall, dark green evergreen trees stand prominently in the middle ground, partially obscuring the view of the houses behind them.

A smaller, single-story house with a red-tiled roof is visible in the lower right foreground, partially obscured by a wooden fence.



**Dupla página anterior:** Bósnia-Herzegovina, Sokolac.

*Jovana com o seu avental vermelho, recordação de um workshop animado por Jadranka a que assistiu há sete anos. Desde então, as duas mulheres mantiveram-se em contacto. A cidade natal de Jovana é muito conservadora; afirma ter sido a primeira rapariga a usar calças de ganga.*

**Supra:** Bósnia-Herzegovina, Sarajevo.  
*Asja, assistente de Jadranka.*



Bósnia-Herzegovina.  
*Jadranka a caminho da sua visita anual ao cemitério de Srebrenica.*

**Dupla página seguinte:** Bósnia-Herzegovina, Srebrenica.  
*Todos os anos, Jadranka visita o memorial, com membros da fundação CURE e da Women in Black, para comemorar o genocídio.*







Bósnia-Herzegovina.  
*Jadranka viaja através da Bósnia, da Sérvia e do  
Montenegro para animar os seus workshops.*



Bósnia-Herzegovina, Sarajevo.  
*Jadranka falando com Majka Mejra («Mãe Mika»).*  
*Mejra perdeu os dois filhos e o marido durante a guerra. A família foi presa em 1998 e depois executada. Mejra passou anos a tentar localizar os seus corpos. Atualmente, ajuda outras famílias a encontrar os pais desaparecidos.*

**Duas duplas páginas seguintes:** Bósnia-Herzegovina, Kakanj.  
*Na casa de Nuna Zemina Vehabović. Nuna lançou o projeto «Center for Mother Hope» com uma amiga, mas atualmente dirige-o sozinha. Também faz parte do governo local e está envolvida na defesa dos ciganos em Kakanj. São mais de 2 600 a viver juntos num bairro da cidade.*











Supra, página da direita, em cima e dupla  
página seguinte: Bósnia-Herzegovina, Kakanj.  
*Na casa de Nuna Zemina Vehabović.*



Supra: Bósnia-Herzegovina, Sarajevo.  
*Na casa de uma família cigana.*





**Dupla página seguinte:** Bósnia-Herzegovina, Sarajevo.  
*Jadranka na sua casa.*







# Os defensores das nossas liberdades

por Éric Fottorino

Os direitos humanos. Três pequenas palavras que vêm de longe. Apenas três pequenas palavras para impedir que o ser humano se torne predador de si próprio. Por trás desta expressão, quantos ideais e combates variados, quantos rostos supliciados, apagados do mundo dos vivos, quantas declarações, resoluções, protocolos e pactos, convenções e petições, quantas esperanças e lutas contra a arbitrariedade, quantos locais neste planeta onde a força do Direito terá finalmente vencido o direito — ou o não direito — da força?

Vitórias estas sempre precárias que, é preciso recordar, nunca resistem ao «nunca mais» das boas intenções sem futuro. Assim, apesar dos textos mais solenes que comprometiam as Nações, o século XX assistiu a repetidos genocídios, quando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de dezembro de 1948, se mostrava inflexível logo no seu preâmbulo: «Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram

a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem». Daqui provinha o artigo 1.º desse texto sob a influência de Eleanor Roosevelt e do jurista francês René Cassin: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos». Após a Shoa, virão os massacres perpetrados no Camboja por Pol Pot e os Khmers Vermelhos, o genocídio ruandês, os assassinios em massa cometidos em Srebrenica pelos soldados sérvios contra a população bósnia. Outros massacres na América Latina, no Darfur, na República do Congo, no Iraque, no Líbano e na Síria — a lista não é exaustiva — têm vindo a pôr em causa estes direitos fundamentais da pessoa humana que a comunidade internacional continua, no entanto, a todo o custo, a proclamar como universais, inalienáveis e indivisíveis.





Dupla página anterior:

**Moises Saman** Líbia, Zawiyah. 2011.

*Um militante pró-Khadafi exhibe um retrato do ditador.*

Infra:

**Larry Towell** Territórios palestinos, Gaza. 1993.

*Crianças brincam com pistolas de plástico.*

Se fosse necessário identificar os principais abusos do homem contra o seu semelhante, destacar-se-iam pelo menos três tipos de repressão em larga escala que coexistiram após o final da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, o comunismo de Estado, totalitário, imperialista, com o Gulag soviético e os seus zek, o estrangulamento por Moscovo das revoltas nos países satélites da antiga URSS — Budapeste em 1956, Praga em 1968 — ou ainda a revolução cultural chinesa e o seu milhão de mortos entre 1966 e 1968, sem esquecer o esmagamento das revoltas estudantis na praça de Tiananmen e os massacres dos pacíficos tibetanos. De seguida, as guerras coloniais que, do Vietname ao continente africano, dizimaram as populações civis, transformando as crianças em carne para canhão, as mulheres em objetos sexuais, e empurraram milhões de civis para o caminho do exílio. As guerras do Vietname, com certeza, mas também a guerra da Argélia que era vista na época como um mero distúrbio. Por fim, as ditaduras latino-americanas, do Brasil de Vargas ao Chile de Pinochet, passando pela Argentina da junta militar do General Videla. Nos anos setenta, estes regimes constituíram os exemplos mais flagrantes das violações dos direitos humanos. Quem esqueceu esses jovens opositores atirados ao mar do alto de helicópteros ou a luta obstinada das Mães da Praça de Maio — apelidadas pelos militares de «Loucas da Praça de Maio» — para recuperar os seus filhos raptados durante a longa noite argentina? Estas corajosas mães receberam, em 1992, o Prémio Sakharov, que celebra este ano o seu trigésimo aniversário.







Alex Webb  
Nicarágua, Puerto Cabezas. 1992.  
*Criança da minoria Mosquito.*

Basta, aliás, ler os nomes dos seus laureados para avaliar como a luta pelo respeito dos direitos humanos se desenvolve em todas as frentes: respeito pela democracia, garantia da liberdade de pensamento, luta contra a tortura e todas as formas de discriminação, denúncia das privações arbitrárias de liberdade por motivos religiosos ou raciais, políticos ou com base na orientação sexual. Atribuída pela primeira vez, em 1988, a Nelson Mandela e Anatoli Marchenko (a título póstumo), esta distinção prestigiada não traduz apenas a vontade do Parlamento Europeu de defender os direitos fundamentais. Visa também apoiar os homens e as mulheres que correm elevados riscos para fazer avançar as liberdades nos seus respetivos países. Ao expô-los à luz do dia, pretende-se muitas vezes, também, protegê-los dos seus inimigos e oferecer-lhes estrondosos apoios, uma vez que defender as liberdades e a democracia é, em quase todas as latitudes, uma atividade perigosa que muitos militantes pagam com a vida. Entre os laureados do Prémio Sakharov, encontram-se heróis outrora anónimos, que se tornaram os porta-vozes de um combate. Assim, o Dr. Denis Mukwege, salvador de tantas mulheres atrocemente mutiladas na República Democrática do Congo, a jovem paquistanesa Malala Yousafzai ou ainda as duas jovens iazidi do Iraque, Nadia Mourad e Lamiya aji Bashar, que escaparam aos piores horrores cometidos pelo Daexe antes de

erguerem o estandarte da luta contra o tráfico de mulheres. Mães, artistas, um desenhador, ativistas no terreno contra a tortura ou pela paz, representantes de minorias étnicas e também a Organização das Nações Unidas como instituição, o Prémio Sakharov demonstra, desde a origem, ecletismo e audácia para consagrar a figura humana daqueles que desafiam o desumano.

Desde 2000, não existe um movimento de protesto significativo que não resulte de uma violação dos direitos humanos e da dignidade das pessoas. As revoluções árabes não teriam talvez explodido se, em 17 de dezembro de 2010, em Sidi Bouzid, na Tunísia, o jovem vendedor ambulante Mohamed Bouazizi não se tivesse imolado pelo fogo em sinal de desespero e de acusação a um sistema injusto instituído por Ben Ali e pelo seu clã. Privado da sua carroça e da sua balança, já não era nada. O conflito na Síria tem raízes profundas no suplício de crianças de treze anos que escreviam nas paredes de Damasco «Bashar, desaparece!». O presidente sírio destacar-se-ia por outros ataques contra o seu próprio povo, utilizando mesmo, por diversas vezes, armas químicas com gás sarin para aniquilar milhares de inocentes em Goutha, em 2013, e depois, quatro anos mais tarde, em Khan Cheikhoun no noroeste do país. O martírio da cidade de Aleppo, no final de maio de 2016, demonstrou, se necessário fosse, a desumanização das forças governamentais, com a cumplicidade da Rússia. Entre mil imagens do desastre, a opinião mundial guardou a recordação de Anas al-Basha, o «palhaço de Aleppo» que divertia

Dupla página seguinte: **Hiroji Kubota**  
Coreia do Norte, Chongjin. 1986.  
*Um enorme retrato do presidente Kim Il Sung  
à entrada do complexo siderúrgico Kim Chaek.*

이  
다





as crianças enquanto caíam bombas até que um ataque aéreo o matou «num local mergulhado nas mais profundas trevas e nos maiores perigos», declarou o seu irmão no funeral. A viagem ainda não terminou. A República Democrática do Congo (RDC) é palco regular de hecatombes perpetradas pelas milícias e pelo exército, numa confusão e numa impunidade totais. Agressões, espancamentos, raptos, deslocações, já sem contar com as violações dos direitos humanos nos países de África onde os conflitos armados fazem parte do quotidiano há já muitos anos, da Nigéria aos Camarões, sob o jugo do grupo Boko Haram, do Mali à Somália, no Sudão e no Chade. A leste do Congo, na região dos Grandes Lagos, importa não esquecer que mais de seis milhões de pessoas perderam a vida desde a Segunda Guerra Mundial, fazendo dessa região um dos locais mais mortíferos da História Contemporânea.

Quanto à América Latina, continua a ser uma das zonas do mundo onde a vida humana tem pouco valor. «O “triângulo norte” da América Central — Guatemala, El Salvador e Honduras — era, em 2016, uma das regiões mais violentas do mundo», sublinha o último relatório da Amnistia Internacional. «O número de homicídios era aí mais elevado do que na maioria das zonas de conflito do planeta. El Salvador apresentava uma taxa de homicídios de 108 por 100 000 habitantes, uma das mais elevadas do mundo». Se a situação melhorou na Colômbia após o acordo celebrado entre o Governo e os guerrilheiros das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), prova de que

é sempre possível a reconciliação entre inimigos que lutam entre si há cinquenta anos, a Venezuela mergulha na ditadura do presidente Nicolás Maduro, tendo como pano de fundo a crise económica, o silenciamento das instituições democráticas, a repressão dos opositores.

Ao mapa das violações flagrantes e recentes dos direitos humanos, seria necessário acrescentar ainda o destino menos conhecido reservado aos Hmong do Laos, ou às minorias do Turquemenistão, país firmemente fechado a qualquer inquérito sobre as liberdades. Por último, mas quem o pode ignorar, o Mediterrâneo tornou-se o cemitério de migrantes oriundos da Líbia, da Síria, do Líbano, do Sudão ou do Mali, sem que nenhuma solução para estes dramas seja visível a curto prazo. Refira-se ainda todas as violações que escapam ao olhar dos meios de comunicação social e os defensores das liberdades que permanecem no ângulo morto da sociedade da informação.

Este catálogo sem fim de sofrimento e derrotas é sinal de que os direitos fundamentais não param de recuar? Não é assim tão simples, nem assim tão sombrio. De que falamos ao certo? O antigo embaixador francês para os direitos humanos, François Zimeray, apresentou uma definição clara e desapaixonada: «Os direitos humanos», escreve, «não são nem a moral, nem mesmo os valores. O seu cumprimento nada deve aos símbolos e ainda menos à indignação. São direitos decorrentes de compromissos políticos e, por conse-



**Christopher Anderson**  
Chile, Santiago. 1995.  
*Parada militar em honra de Augusto Pinochet  
em frente do palácio presidencial.*





guinte, imperfeitos. Direitos que existem ou não existem são aplicados ou então violados. O direito de não ser torturado, o direito a um julgamento justo, o direito à igualdade entre homens e mulheres, o direito das crianças a viverem a sua infância. Todos contribuem para o respeito da dignidade humana; é esta finalidade que lhes confere uma força moral». (Zimeray, F., *J'ai vu partout le même visage. Un ambassadeur face à la barbarie du monde*. Plon, Paris, 2016).

Tendo em conta esta visão, os direitos humanos não pararam de avançar desde os julgamentos de Nuremberga (1945-1946), em que foram julgados os principais dignitários nazis, até à criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) em 2002, apogeu do conceito de universalismo. Não que este meio século, como vimos, não tenha tido a sua parte de dramas sangrentos, mas os direitos não pararam de ser completados desde os 30 artigos incluídos na Declaração Universal de 1948, a qual não dizia uma palavra sobre a condição das crianças. Ao longo dos anos, assistiu-se ao aparecimento de novas proteções a favor dos refugiados e dos apátridas, das mulheres e das crianças. Direitos económicos, sociais e culturais foram proclamados, a luta contra a discriminação foi aprofundada e alargada, a nível da Organização das Nações Unidas, do Conselho da Europa e de outras instâncias

Dupla página anterior:  
**Thomas Dworzak** Rússia, Grozny. 2002.  
*Uma jovem com balões. Em segundo plano, a destruição causada pelas duas guerras na Chechénia.*

multilaterais. No que se refere ao TPI, deve admitir-se o progresso representado pela criação de uma instância que luta a montante contra potenciais abusos, ao contrário dos outros tribunais de exceção que, do Ruanda à ex-Jugoslávia, surgiram *a posteriori*, quando os dramas já tinham ocorrido, em contradição com a própria noção de Direito.

No âmbito das conquistas recentes, importa ainda referir a admissão do direito de ingerência em 2004-2005, que o Direito Internacional reconhece através desta expressão clara: responsabilidade de proteger. No entanto, este grande progresso sofreu um recuo após a intervenção internacional na Líbia. As forças ocidentais excederam o mandato legal que lhes tinha sido confiado, provocando uma violenta mudança de regime. Não é claro se o direito de ingerência sairá incólume da aventura líbia, mesmo sendo necessária a intervenção neste país.

Para além das violações permanentes dos direitos humanos cometidas pelos regimes autoritários, este conceito tão precioso está, hoje, exposto a um grave risco: a contestação do princípio da universalidade. Muitos países da Ásia, do mundo árabe, mas também os Estados Unidos da América, esforçam-se por reduzir o alcance dos direitos humanos, em nome de diferenças culturais e de circunstâncias excepcionais que justificariam, segundo eles, a adaptação desses direitos, ou mesmo a subtração a estes, em nome de singularidades discutíveis. Teorizado pelo antigo primeiro-ministro malaio Mahathir

ibn Mohamad, o conceito de «valores asiáticos» é, assim, esgrimido pelas autoridades chinesas para afirmar que estas especificidades são superiores às normas internacionais. «Estas especificidades», escreveu ainda François Zimeray, «gostariam que as liberdades civis e políticas fossem menos importantes que as de produção, consumo e obediência». Por outras palavras, existiriam direitos humanos e direitos humanos, dois pesos e duas medidas, uma competição das normas com vantagem para as regras nacionais em nome da tradição, dos hábitos, do cada um em sua casa, do cada um por si. Observa-se a mesma vontade de restringir o princípio da universalidade destes direitos entre os dirigentes dos países muçulmanos da Organização da Conferência Islâmica (OCI). A Carta Islâmica dos Direitos do Homem, tornada pública a partir de 1990, torna os beneficiários desses direitos menos iguais conforme se trate de homens ou de mulheres. Mas estas tentativas não são exclusivas dos regimes autocráticos. Sem renunciar aos direitos humanos, os Estados Unidos da América — de George W. Bush e agora de Donald Trump — fragilizaram, por seu lado, os direitos fundamentais através de práticas justificadas, na sua opinião, por causas superiores. Os atos de tortura do exército norte-americano no Iraque ou a privação de liberdades na prisão de Guantánamo ilustram este relativismo. Mas, em nome de um direito, pode sacrificar-se impunemente um outro?

O conceito de universalidade é, além disso, contestado por três países africanos — África do Sul, Gâmbia e Burundi, que anunciaram

a sua intenção de abandonarem o TPI (mais precisamente o Estatuto de Roma), alegando que o Tribunal da Haia visava, prioritariamente, os dirigentes africanos. Uma acusação infundada que evidencia, sobretudo, a impunidade de que muitos deles beneficiaram durante décadas. «A União Africana continuou a exortar os Estados a ignorar a sua obrigação internacional de deter o presidente sudanês Omar al-Bashir, procurado pelo TPI por genocídio», denuncia a Amnistia Internacional. «Em maio de 2016, o Uganda não o deteve para o entregar ao TPI, não cumprindo as suas obrigações relativamente a centenas de milhares de pessoas mortas ou deslocadas durante o conflito no Darfur».

Estes desvios mostram que os direitos humanos universais devem, agora, disputar o seu território com um adversário cada vez mais poderoso: as soberanias comunitárias e o espírito identitário. Existe a grave ameaça de se assistir à negação do indivíduo em nome destas abordagens restritivas, de se esquecer a existência de direitos concedidos a cada um apenas porque está vivo e é um cidadão do mundo, membro de pleno direito da comunidade dos homens. No entanto, o combate não está perdido. É uma luta de cada momento, multiplicada por todos aqueles que, no local onde vivem, onde sofrem, dão o seu contributo para o processo comum. É o caso exemplar dos trinta laureados do Prémio Sakharov que há trinta anos abrem as portas da esperança e impedem que elas se fechem. Defender os direitos humanos consiste, em primeiro lugar, em defender os seus defensores.



# O Prémio Sakharov

Atribuído pela primeira vez em 1988 a Nelson Mandela e Anatoli Marchenko, o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é o maior tributo prestado pela União Europeia (UE) ao trabalho desenvolvido em prol dos direitos humanos. É uma forma de reconhecimento de pessoas, grupos e organizações que tenham dado um contributo excepcional para a defesa da liberdade de pensamento. Por intermédio da atribuição deste prémio e da rede que lhe está associada, a União Europeia apoia os laureados, que assim se sentirão estimulados e mandatados para desenvolver esforços em prol das suas causas.

O Prémio já foi atribuído a dissidentes, dirigentes políticos, jornalistas, advogados, ativistas dos direitos cívicos, escritores, mães, esposas, dirigentes de minorias, um grupo antiterrorista, militantes pacifistas, um ativista contra a tortura, um cartunista, prisioneiros de consciência que cumpriram uma longa pena de prisão, um realizador de cinema, a ONU enquanto organismo e até uma jovem defensora do direito à educação. Destina-se a promover, em especial, a liberdade de expressão, os direitos das minorias, o respeito

pelo direito internacional, o aprofundamento da democracia e o primado do Estado de direito.

O Parlamento Europeu atribui o Prémio Sakharov, no valor de 50 000 euros, numa cerimónia solene que se realiza durante uma sessão plenária, em Estrasburgo, no final de cada ano. Os candidatos podem ser propostos por um grupo político do Parlamento ou pelos deputados a título individual (sendo requerido o apoio, no mínimo, de 40 deputados a cada candidato). Os nomeados são apresentados numa reunião conjunta da Comissão dos Assuntos Externos, da Comissão do Desenvolvimento e da Subcomissão dos Direitos do Homem, cabendo aos membros que integram estas comissões parlamentares a votação de uma lista restrita de três finalistas. A Conferência dos Presidentes, órgão do PE dirigido pelo presidente e constituído pelos dirigentes de todos os grupos políticos com assento parlamentar, escolhe o vencedor ou vencedores do Prémio Sakharov, o que faz da seleção dos laureados uma escolha verdadeiramente europeia.

# Os laureados

- 2017** Oposição Democrática na Venezuela
- 2016** Nadia Murad e Lamyia Haji Bashar
- 2015** Raif Badawi
- 2014** Denis Mukwege
- 2013** Malala Yousafzai
- 2012** Nasrin Sotoudeh e Jafar Panahi
- 2011** «Primavera árabe»  
(Mohamed Bouazizi, Ali Ferzat, Asmaa Mahfouz, Ahmed El Senussi e Razan Zaitouneh)
- 2010** Guillermo Fariñas
- 2009** Memorial (Oleg Orlov, Sergei Kovalev e Lyudmila Alexeyeva, em nome da organização Memorial e de todos os outros defensores dos direitos humanos na Rússia)
- 2008** Hu Jia
- 2007** Salih Mahmoud Mohamed Osman
- 2006** Aliaksandr Milinkevich
- 2005** «Mulheres de Branco»;  
Hauwa Ibrahim e Repórteres Sem Fronteiras
- 2004** Associação de Jornalistas da Bielorrússia
- 2003** Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, e todo o pessoal da ONU
- 2002** Oswaldo José Payá Sardiñas
- 2001** Izzat Ghazzawi,  
Nurit Peled-Elhanan e Dom Zacarias Kamwenho
- 2000** ¡BASTA YA!
- 1999** Xanana Gusmão
- 1998** Ibrahim Rugova
- 1997** Salima Ghezali
- 1996** Wei Jingsheng
- 1995** Leyla Zana
- 1994** Taslima Nasreen
- 1993** *Oslobodjenje*
- 1992** «As Mães da Praça de Maio»
- 1991** Adem Demaçi
- 1990** Aung San Suu Kyi
- 1989** Alexander Dubček
- 1988** Nelson Rolihlahla Mandela e Anatoli Marchenko (este a título póstumo)

# O papel do Parlamento Europeu

De acordo com as sondagens, os cidadãos europeus consideram que os direitos humanos são o valor que o Parlamento Europeu deve defender com prioridade absoluta. Os direitos humanos estão consagrados nos tratados da União e na Carta dos Direitos Fundamentais, bem como na política de relações externas da União Europeia, nomeadamente o plano de ação para os direitos humanos e a democracia (2015-2020). Nas suas relações com países terceiros, a União deve defender a democracia, o primado do Estado de direito, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, o respeito pela dignidade humana, os princípios da igualdade e da solidariedade e o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. O Parlamento Europeu é um ator fundamental na defesa e na promoção da democracia, da liberdade de expressão, de eleições justas e dos direitos humanos universais.

O Parlamento Europeu não só atribui anualmente o Prémio Sakharov, como apoia e defende os direitos humanos através de resoluções sobre questões urgentes em matéria de direitos humanos, um relatório anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo e as política da União Europeia neste domínio, diálogo e diplomacia parlamentares com os seus homólogos e as autoridades de países terceiros, audições sobre questões de direitos humanos nas suas comissões, participação em missões de observação eleitoral em todo o mundo, ações conjuntas da Rede do Prémio Sakharov, a Bolsa de Estudo Sakha-

rov para defensores dos direitos humanos e outras intervenções no domínio dos direitos humanos em parceria com parlamentos nacionais e a sociedade civil.

Nas suas resoluções sobre questões urgentes em matéria de direitos humanos, aprovadas nas sessões plenárias, realizadas em Estrasburgo, o Parlamento Europeu chama a atenção e toma posição sobre violações dos direitos humanos a nível mundial. Reitera ainda a sua posição inequívoca em prol da prevenção da tortura e da abolição da pena de morte, da proteção dos defensores dos direitos humanos, da prevenção dos conflitos, dos direitos da mulher e da criança, da proteção das minorias e dos direitos dos povos indígenas e das pessoas com deficiência em todo o mundo. As resoluções do Parlamento Europeu servem, frequentemente, de base à ação do Conselho de Ministros da União, da Comissão Europeia e do Serviço Europeu para a Ação Externa, tendo, por vezes, um impacto imediato nas ações dos governos em causa.

O Parlamento Europeu supervisiona as relações externas da União Europeia, dado que as suas competências legislativas lhe permitem impedir a celebração de acordos da UE com países terceiros, caso se verifiquem violações graves dos direitos humanos e dos princípios democráticos. Neste sentido, o Parlamento Europeu insiste no cumprimento rigoroso das cláusulas relativas aos direitos humanos que são sistematicamente incluídas nos referidos acordos. Em abril de 2011, o Parlamento Europeu solicitou à UE que suspendesse as

negociações para a celebração de um acordo de associação entre a União Europeia e a Síria e, em setembro de 2011, o acordo de cooperação da União com a Síria foi parcialmente suspenso «até que as autoridades sírias pusessem termo às violações sistemáticas dos direitos humanos».

No âmbito da política externa e de segurança comum e da política de cooperação para o desenvolvimento, o direito da União estabelece como seu objetivo «desenvolver e consolidar a democracia e o Estado de direito, bem como respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais». Este objetivo foi explicitamente incorporado, em grande parte, graças ao Parlamento Europeu. Todos os anos, o PE aprova o seu próprio relatório sobre o relatório anual do Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia sobre os principais aspetos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (PESC).

A Subcomissão dos Direitos do Homem (DROI) é a principal responsável pelos trabalhos parlamentares no domínio dos direitos humanos e constitui um fórum regular em que os deputados ao Parlamento Europeu, intervenientes internacionais, peritos e a sociedade civil propõem e avaliam a ação da UE em questões de direitos humanos. A DROI também reúne ou convida, com regularidade, outras comissões do PE para esses debates. Os seus relatórios e resoluções são aprovados pela Comissão dos Assuntos Externos.

A Comissão do Desenvolvimento organiza igualmente debates regulares sobre direitos humanos nos países em desenvolvimento. As delegações das comissões abordam também as questões relativas aos direitos humanos durante visitas aos países.

O Parlamento Europeu também reforçou o seu papel na defesa dos direitos humanos mediante o apoio à democracia e ao diálogo político parlamentares, a realização de audições pelas delegações permanentes com representantes da sociedade civil de países terceiros e o envio de delegações *ad hoc* para avaliar a situação dos direitos humanos *in loco*. Os fóruns mais importantes para o diálogo político entre o Parlamento Europeu e os deputados de países terceiros são a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana e a Assembleia Parlamentar Euronest com os parceiros da Europa Oriental.

O Parlamento Europeu já utilizou os seus poderes em matéria orçamental para aumentar consideravelmente os recursos destinados a programas no domínio da democracia e dos direitos humanos e pugnou, com êxito, pela manutenção do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH), instrumento financeiro e político fundamental para apoiar a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos, nomeadamente aqueles que se encontram em perigo de vida. Complementando o seu trabalho no domínio dos direitos humanos, o Parlamento Europeu

está empenhado em apoiar a realização de eleições livres e justas em países terceiros, essenciais para criar a democracia, dar legitimidade e aumentar a confiança dos cidadãos relativamente às instituições. Os deputados ao

Parlamento Europeu dirigem e integram, com regularidade, missões de observação eleitoral da União Europeia, destinadas a garantir que o direito de cada pessoa a escolher os seus dirigentes seja plenamente respeitado.

Dupla página seguinte:  
**Nikos Economopoulos**  
Turquia, Yozgat. 1990.  
*Reunião política.*





Luxemburgo: Serviço das Publicações  
da União Europeia, 2017

Print

ISBN 978-92-846-1564-3

doi:10.2861/890038

QA-01-17-954-PT-C

PDF

ISBN 978-92-846-1589-6

doi:10.2861/142926

*Printed by Bietlot in Belgium*

Mais informações nos seguintes sítios Internet:

[europarl.europa.eu](http://europarl.europa.eu)

[europarl.europa.eu/sakharov](http://europarl.europa.eu/sakharov)



Serviço das Publicações



